

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Valentina Tâmara Haag

**TICK TICK (COMMODITY) BOOM:
CONDICIONANTES DAS PROPOSTAS DE TAXAÇÃO DE
COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA**

SANTA MARIA, RS
2022

Valentina Tâmara Haag

**TICK TICK (COMMODITY) BOOM:
CONDICIONANTES DAS PROPOSTAS DE TAXAÇÃO DE COMMODITIES NA
AMÉRICA LATINA**

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Cossio Rodriguez

Santa Maria, RS
2022

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Haag, Valentina Tâmara
Tick tick (commodity) boom: Condicionantes das
propostas de taxação da América Latina / Valentina Tâmara
Haag.- 2022.
89 p.; 30 cm

Orientador: Júlio César Cossio Rodriguez
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais, RS, 2022

1. América Latina 2. dependência de commodities 3.
incentivos à taxação 4. ideologia I. Cossio Rodriguez,
Júlio César II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, VALENTINA TÂMARA HAAG, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Valentina Tâmara Haag

**TICK TICK (COMMODITY) BOOM:
CONDICIONANTES DAS PROPOSTAS DE TAXAÇÃO DE COMMODITIES NA
AMÉRICA LATINA**

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovado em 05 de setembro de 2022:

Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Daniela Campello, Dr. (FGV)

Marco Cepik, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2022

Para as minhas constantes, Bia, Max e Antônia (ou mãe, pai e Tonton).

I haven't been promising paradise
(Michelle Bachelet durante a campanha para
as eleições presidenciais do Chile em 2013)

Heaven is here, if you want it
(canção *Heaven Is Here* da banda *Florence +
The Machine* lançada em 2022)

RESUMO

TICK TICK (COMMODITY) BOOM: CONDICIONANTES DAS PROPOSTAS DE TAXAÇÃO DE COMMODITIES NA AMÉRICA LATINA

AUTOR: Valentina Tâmara Haag

ORIENTADOR: Júlio César Cossio Rodriguez

A presente dissertação tem como objetivo geral avaliar a capacidade explicativa do *boom* das *commodities* como incentivo à propostas de taxaço do setor na América Latina. O problema que guia a pesquisa é: qual a relação entre o *boom* de preços das *commodities* e as propostas de taxaço desse setor? A hipótese principal de resposta dessa pergunta é que períodos de alta de preços incentivam propostas de taxaço das *commodities* na América Latina. Para avaliar a força dessa hipótese, proponho a comparação com outras variáveis potencialmente explicativas de propostas de taxaço, entendidas como condicionantes da taxaço. São elas: ideologia do governo (esquerda/direita, orientação econômica e populismo), crises (política e econômica), importância social (politização da pauta) e econômica (exposição aos preços) das *commodities* para cada caso. A principal conclusão da dissertação é que o incentivo promovido pelo *boom* é condicionado a duas outras variáveis: a ideologia do governo e a exposição aos preços das *commodities*. Com isso, períodos de alta de preços incentivam propostas de taxaço das *commodities* na América Latina quando coincidem com governos de esquerda em países altamente expostos à volatilidade de preços. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi a comparativa, a partir de procedimentos de análise de dados em matriz e estudos de caso de C-médio de casos positivos, negativos e atípicos. Para a dissertação, foi construído um banco de dados de 53 governos latino-americanos (2000-2021) codificados em função das condicionantes de taxaço das *commodities* testadas na pesquisa. As principais contribuições deste trabalho foram a construção de um banco de dados disponível para outras aplicações e a discussão do papel da oportunidade na taxaço de *commodities*.

Palavras-chave: América Latina; dependência de *commodities*; incentivos à taxaço; ideologia.

ABSTRACT

TICK TICK (COMMODITY) BOOM: INCENTIVES FOR COMMODITY TAXATION PROPOSALS IN LATIN AMERICA

AUTHOR: Valentina Tãmara Haag

ADVISOR: Júlio César Cossio Rodriguez

In this Master's thesis, I examine the explanatory capacity of the commodity boom as an incentive for taxation proposals in Latin America by tackling the following puzzle: what is the relationship between the commodity price boom and taxation proposals in this sector? My main hypothesis is that periods of high prices encouraged proposals of commodity taxation in Latin America. To assess the strength of this hypothesis, I propose a comparison with other variables that potentially explain taxation proposals. These incentives for taxation are: government ideology (left/right, economic orientation and populism), crises (political and economic), social (politicization of the agenda) and economic (exposure to prices) relevance of the commodity sector for each case. An empirical analysis supports the argument that the boom acts as incentive, however, its role is conditioned by the presence of two other variables: government ideology and high exposure to commodity prices. In short, my main finding is that periods of high prices encourage taxation proposals of the Latin American commodity sector when they coincide with leftist governments in countries highly exposed to price volatility. To conduct this research, I applied a comparative methodology assisted by procedures matrix data analysis and medium-C case studies of a set of positive, negative and atypical cases. For the dissertation, a database of 53 Latin American governments (2000-2021) coded according to the taxation incentives tested by my model. The main contributions of this thesis were the construction of a large dataset, which is available for other applications and tests, and the discussion of the role of opportunity in commodity taxation.

Keywords: Latin America; commodity dependence; incentives for taxation; ideology.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	COMMODITIES, VOLATILIDADE E ARRECADAÇÃO	16
2.1	ESTRATÉGIAS DE ARRECADAÇÃO DAS RENDAS DAS <i>COMMODITIES</i> NA AMÉRICA LATINA.....	16
2.2	O <i>BOOM</i> COMO INCENTIVO À TAXAÇÃO DAS <i>COMMODITIES</i>	20
2.3	INCENTIVOS À TAXAÇÃO DE <i>COMMODITIES</i>	22
2.3.1	Ideologia do governo	23
2.3.2	Crises	24
2.3.3	Outras condicionantes associadas às dinâmicas das <i>commodities</i>	26
2.3.4	Síntese do desenho de pesquisa	27
3	ANÁLISE EMPÍRICA	30
3.1	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS.....	32
3.2	ANÁLISE DOS CASOS.....	35
3.2.1	Considerações sobre governos de esquerda que tentaram taxar durante o <i>boom</i>	37
3.2.2	Considerações sobre os governos de esquerda que não tentaram taxar durante o <i>boom</i>	43
3.2.3	Considerações sobre casos atípicos: governos de direita que tentaram taxar as <i>commodities</i> e governos de esquerda que tentaram taxar o setor fora do <i>boom</i>	46
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
	ANEXO 1 - BANCO DE DADOS SOBRE OS GOVERNOS LATINO-AMERICANOS ENTRE 2000 E 2021	55
	ANEXO 2 - PROPOSTA DE REFORMA NA ARRECADAÇÃO SOBRE AS <i>COMMODITIES</i> NA AMÉRICA LATINA	78

1 INTRODUÇÃO

Até então queridinhos dos sistemas tributários latino-americanos, os impostos de exportação praticamente desapareceram a partir da década de 90 na região¹. De uma das principais fontes de arrecadação pública, as exportações passaram a ser, em geral, isentas de tributação. A justificativa para essas mudanças era evitar a transmissão da volatilidade dos preços das *commodities*² para as receitas públicas. Mas a escalada sem precedentes dos preços internacionais desses produtos, num período conhecido como boom das *commodities*, alterou o *status quo* desse debate. As rendas extraordinárias advindas do *boom* criaram um dilema entre evitar a volatilidade dessa fonte de recursos e aproveitar a bonança de relativa fácil captação, quando comparada à taxaço da sociedade no geral. Contratos assinados com empresas produtoras durante períodos de preços baixos passaram a ser considerados desvantajosos³ e demandas populares de compensação pelos custos ambientais e sociais do extrativismo e do agronegócio cresceram na América Latina⁴. Os impostos de exportação são apenas um exemplo das formas de arrecadação tributária sobre as *commodities*; ainda assim, a recriação desse imposto na Argentina em 2001 inaugura uma nova onda de preocupação política com a taxaço de *commodities*, sejam elas agrícolas ou recursos naturais.

Esse contexto aponta para a relação entre o *boom* e a taxaço das *commodities* como um *puzzle* de pesquisa. Esse problema surge na lacuna entre pesquisas que estudam as causas das reformas latino-americanas mas que não tratam das especificidades do setor das *commodities* (MAHON, 2004), que se restringem as causas do sucesso das reformas, ao invés das causas da sua proposta (FARFIELD, 2013) e que descrevem a arrecadação pública sobre as rendas das *commodities* mas sem identificar relações de causalidade (JIMÉNEZ; TROMBEN, 2006). Partindo desse *puzzle* empírico e teórico, a presente dissertação tem como **objetivo geral** avaliar a capacidade explicativa do *boom* como incentivo à propostas de taxaço do setor das *commodities* na América Latina. Esse objetivo dá forma ao seguinte **problema de pesquisa**: qual a relação entre o *boom* de preços das *commodities* e as propostas

¹Ver Tanzi (2008) para uma síntese da ascensão, queda e retomada da importância dos impostos de exportação na América Latina.

²O conceito de renda tem sido extensamente debatido pela economia, desde a definição de renda da terra de Ricardo (1982) até sua extensão para a renda de recursos naturais (REIS; SANTIN, 2007). Esse debate vai além do escopo do trabalho, apesar do seu reconhecimento; a renda é entendida aqui como o valor faturado com a comercialização das *commodities*.

³Ver Cypher (2010) para alguns exemplos da baixa captação da renda das *commodities* na América Latina.

⁴O *Observatorio de Conflictos Mineros* pode ser consultado para um mapeamento Esforços de mapeamento desses conflitos no caso específico da mineração. Disponível em: <https://www.ocmal.org/>.

de taxaço desse setor? A **hipótese principal** de resposta dessa pergunta é que períodos de alta de preços incentivam propostas de taxaço das *commodities* na América Latina.

Para avaliar a pertinência dessa hipótese, proponho a comparação com outras variáveis potencialmente explicativas de propostas de taxaço, entendidas como condicionantes da taxaço. São elas: ideologia do governo (esquerda/direita, orientação econômica e populismo), crises (política e econômica), importância social (politização da pauta) e econômica (exposição aos preços) das *commodities* para cada caso.

Considero dois possíveis resultados dessa avaliação que corroboram a capacidade explicativa do *boom*: um que apontaria para o *boom* como incentivo isolado à taxaço das *commodities* e outro que apontaria para o *boom* como incentivo condicionado.

Primeiro, a observação de uma relação entre o *boom* e as propostas de taxaço mesmo na ausência de outros incentivos respalda o papel do *boom* como incentivo isolado, isto é, que o *boom* sozinho seria capaz de promover a taxaço das *commodities*. Nesse caso, as propostas ocorreriam durante o *boom* e em governos (a) de direita ou⁵ (b) de orientação pró-mercado ou (c) não-populistas (d) ou sem crise econômica ou (e) com crise política ou (f) com protestos populares pela taxaço do setor ou (f) com baixa exposição aos preços das *commodities* (independentemente da combinação entre elas). Isso porque a literatura sobre causas da taxaço propõe que governos de esquerda, estatistas, populistas, em crise econômica e sem crise política são mais propensos à taxaço das elites no geral, enquanto a politização do tema das *commodities* pela população e a dependência econômica de *commodities* incentivam à taxaço desse setor em específico. A identificação de uma relação entre o *boom* e as propostas sem outros incentivos seria uma evidência forte do *boom* como incentivo isolado à taxaço.

A segunda conclusão possível seria a da identificação de uma relação entre o *boom* e as propostas de taxaço de forma condicionada a presença de outros incentivos. Nesse caso, as propostas ocorreriam no *boom* mas em governos (a) de esquerda ou (b) de orientação pró-Estado ou (c) populistas ou (d) em crise econômica ou (e) sem crise política ou (e) com protestos populares pela taxaço do setor ou (f) com alta exposição aos preços das

⁵O uso do “ou” aqui é intencional de forma a não pressupor o teste de nenhuma combinação específica que seria causal ao resultado das propostas de reforma. Ainda que o banco de dados organizado para a dissertação permitisse a identificação de combinações causais entre essas variáveis, meu objetivo aqui é apenas avaliar a hipótese do *boom* frente a hipóteses rivais. A identificação dessas combinações implicaria na aplicação de outra metodologia, como o *QCA crisp-set*, que é a análise qualitativa comparada usando dados binários que tem a teoria dos conjuntos como base epistemológica. Ver Guimarães e Tavares de Almeida (2017) para um exemplo de aplicação dessa metodologia.

commodities. Dessa forma, o *boom* seria um incentivo à taxação do setor, mas seu efeito seria dependente da presença de outros incentivos. A observação da ocorrência de propostas durante o *boom* associada à presença de outros incentivos seria uma evidência forte do *boom* como incentivo condicionado.

A **metodologia** da pesquisa é comparativa⁶. Apesar do potencial para pesquisa quantitativa pela organização de um banco com dados longitudinais contendo 53 casos (governos) e 21 propostas de taxação, opto por dois procedimentos de comparação: análise das variáveis em matriz e estudo de caso de C-médio. Ambos têm como objetivo a avaliação da força das evidências para a corroboração da hipótese do *boom* como incentivo (isolado ou condicionado), mas o primeiro é um procedimento baseado em evidências *variable-oriented* e o segundo, *case-oriented* (PORTA, 2008). O primeiro procedimento é o da comparação dos dados sobre as propostas de taxação a partir de uma matriz, com enfoque na frequência absoluta das variáveis nos resultados. A partir dos resultados dessa primeira análise, os casos mais pertinentes à avaliação da hipótese foram selecionados para um estudo de caso de C-médio. Essa comparação se dá a partir de três categorias, também embasadas nas tendências identificadas pela análise das variáveis. As três categorias são: casos em que o resultado era esperado e ele ocorreu (governos de esquerda que tentaram taxar as *commodities* durante o *boom*); casos em que o resultado era esperado e ele não ocorreu (governos de esquerda que não tentaram taxar durante o *boom*); casos em que o resultado não era esperado e mas ele ocorreu (governos de direita que tentaram taxar e governos de esquerda que tentaram taxar fora do *boom*)⁷. Destaco que a fundamentação para esta combinação entre estratégias de seleção e análise de casos é feita com base em Gerring (2017).

Entendo esse desenho de pesquisa como uma opção intermediária entre o estudo quantitativo e o estudo de caso de C-pequeno, considerando as potencialidades e limitações dos dois⁸. Essa opção se justifica pelas seguintes razões: primeiro, para buscar algum grau de generalização mesmo que em recorte limitado regionalmente; segundo, pela limitação das fontes e indisponibilidade de bancos de dados completos sobre propostas de reforma tributária

⁶Ver Ragin (2014, p. 1-14) e Schmitter (2009) para discussões sobre o caráter intrinsecamente comparativo das ciências sociais e as limitações e possibilidades da metodologia comparativa.

⁷Essas categorias podem ser, respectivamente, representadas em função da presença das causas e do resultados (X,Y): (1,1); (1,0); (0,1).

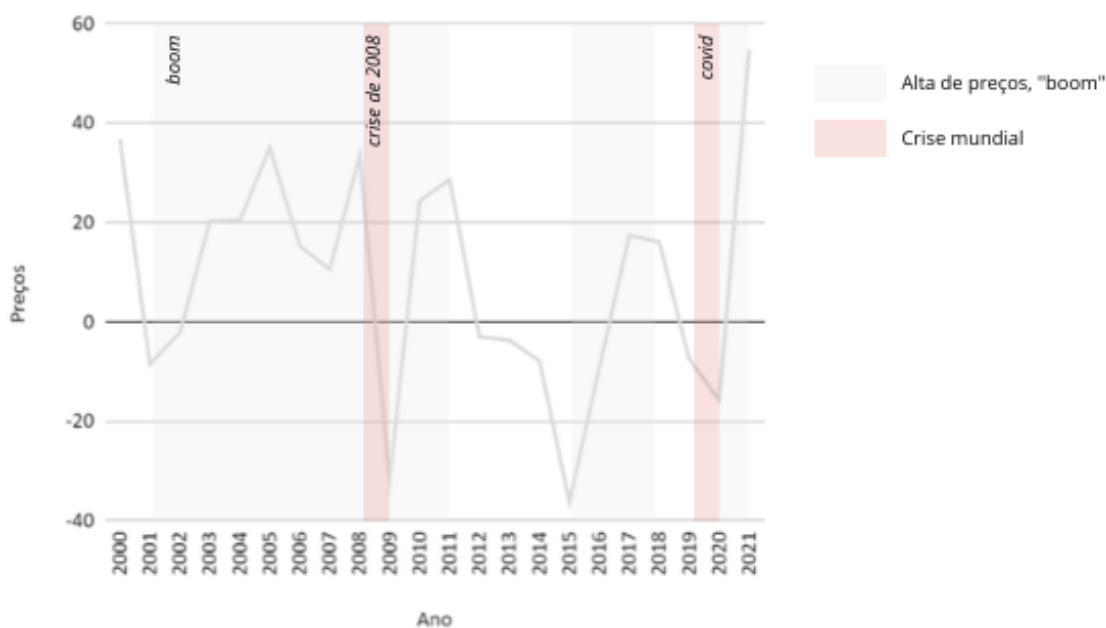
⁸Reconhecendo que: “*Yet in many research designs, the choice of the comparative method is not just a second-best one imposed by the availability of data; rather, it is justified by its capacity to go beyond descriptive statistical measures, towards an indepth understanding of historical processes and individual motivations.*” (PORTA, 2008, p. 202)

no setor das *commodities*, o que dificultaria um estudo quantitativo confiável; terceiro, um estudo de C-médio, ainda que menos comum, permite algum grau de aprofundamento e exploração dos casos para a avaliação da operação das condicionantes, da força das evidências e de possíveis explicações que não foram consideradas no primeiro modelo. Como limitações, destaco o volume de material primário utilizado e o limite de quanto é possível se aprofundar nos casos.

A seleção dos casos conta com três recortes: o da América Latina e, dentro deste, o dos países da categoria *low-saving commodity-exporting*; o recorte temporal de 2000 a 2021; e a restrição às propostas de taxação advindas do executivo. As **justificativas dos casos** e seus recortes são as seguintes. Primeiro, a preocupação com a América Latina se dá pelo entendimento de que o modelo de exportação de *commodities* é um dos fatores de continuidade que marca a região, enquanto a democracia e seus elementos são fatores de mudança (MALAMUD, 2009, p. 61); o reconhecimento da interação entre processos que caminham a passos distintos é ainda mais central num contexto em que a vulnerabilidade política e social da região foi ressaltada e aprofundada, como o da pandemia de Covid-19 (CEPIK; RODRIGUEZ, 2020). Dentro da região, os casos selecionados foram os da categoria *low-saving commodity-exporting* utilizada por Campello (2015). Essa escolha se dá para viabilizar a análise de um número médio de países que permitisse o estudo de caso. A categoria considera apenas os países integrados ao mercado financeiro. Como consequência, outros países exportadores de *commodities* como Bolívia e Trinidad e Tobago não foram incluídos na amostra. O recorte fica restrito a nove países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

O recorte temporal de 2000 a 2021 visa abarcar o período que imediatamente antecede o *boom* das *commodities* dos anos 2000, sendo que sua identificação depende de qual *commodity* é considerada; em média, os preços gerais começaram a subir a partir de 2002, como pode ser visualizado na Figura 1 que inclui alguns eventos que afetaram os preços.

Figura 1 - Índice geral de preços das *commodities*



Fonte: Dados da UNCOMTRADE, disponível em: <https://comtrade.un.org/>.

Por último, foram analisadas apenas tentativas de reforma tributária propostas pelo Executivo. Apesar de diversas instâncias em que o legislativo propôs reformas na arrecadação das *commodities* - para citar alguns exemplos, a Lei Kandir no Brasil⁹ e as tentativas recentes de criar um regime de *royalties* sobre a mineração no Chile^{10, 11}. Esse recorte se dá em reconhecimento de que os constrangimentos e possibilidades institucionais que o Poder Executivo está sujeito são distintos daqueles que afetam o Poder Legislativo: por exemplo, os efeitos políticos da rejeição de uma reforma proposta pelo Executivo são maiores para o presidente e seu gabinete¹² (vide diversas renúncias que advêm desses casos e protestos populares quando as medidas são impopulares) do que quando propostas por um parlamentar (entre tantos que compõem a Câmara); outro exemplo é que diversos presidentes da América Latina têm poder de decreto, o que, por outro lado, facilita reformas. Além disso, esse recorte

⁹A Lei Kandir no Brasil (1996) isenta exportações do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação). Como consequência, o governo teve que fazer um acordo com governos estaduais de pagamento de compensações anuais, já que essa fonte de arrecadação lhe é retirada (AGÊNCIA SENADO, 2021).

¹⁰Reuters. 2018. Chilean lawmakers study extra tax for copper, lithium mines. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/chile-mining-idINL2N1W010X>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

¹¹Bnamericas. 2020. Snapshot: Mining Taxes in Chile and Argentina. Disponível em: <https://www.bnamericas.com/en/features/snapshot-mining-taxes-in-chile-and-argentina>) Acesso em 22 de agosto de 2022.

¹²Campello (2015) e Campello e Zucco (2020) debatem a forma como o comportamento eleitoral da população é orientado por resultados econômicos, o que é chamado de voto econômico, e a culpa é geralmente atribuída ao presidente, sendo ele diretamente responsável ou não.

é um reconhecimento do presidencialismo que caracteriza todos os casos analisados, além de marcar a região como um todo (JONES, 2012, p. 21). Em suma, a justificativa para o recorte de reformas propostas pelo Executivo se dá tanto pela maior capacidade de propor reformas quanto pela maior culpabilização do Executivo em caso de insucesso, o que implica em diferentes custos e benefícios da tentativa de taxação e, por consequência, num cálculo político mais rigoroso.

A identificação e codificação dos 53 governos e 21 reformas se deu a partir de coleta não-estruturada em veículos de imprensa. Para a codificação dos governos, a principal fonte utilizada foi o jornal *The Economist*. Essa escolha se justifica por três motivos: por se tratar de um grande veículo de comunicação conhecido pelo seu ponto de vista pró-mercado, o que permite classificar a orientação do governo em orientada ao mercado ou ao Estado; por apresentar perspectiva relativamente simplista de ideologia que facilita a codificação binária pretendida para o banco de dados; pelo grande acervo de análises sobre governos latino-americanos. Nesta coleta, foram priorizadas matérias sobre as campanhas antes das eleições e sobre finais de mandato e legado do governo. Fontes suplementares (como, por exemplo, a BBC que publica perfis dos presidentes eleitos) foram utilizadas quando as matérias do *The Economist* não eram suficientes para a codificação de uma variável. O banco de dados completo sobre os governos e as fontes utilizadas para a taxação estão disponíveis no Anexo 1. Por sua vez, a coleta das propostas de taxação foi feita em diversos veículos, sem um jornal específico recebendo prioridade. A identificação das propostas foi auxiliada pelo banco de dados do *Global Trade Alert*¹³ e pelo banco de dados organizado por Focanti, Hallerberg e Scartascini (2013), ainda que a maioria das propostas foi identificada por pesquisa própria. O Anexo 2 apresenta um resumo das propostas de taxação e as fontes utilizadas na identificação de cada uma.

Cinco objetivos específicos resumem as etapas da pesquisa: (1) identificar a ocorrência das variáveis causais e do resultado da reforma (etapa de codificação e levantamento dos dados); (2) identificar as variáveis com potencial explicativo (análise dos dados em matriz); (3) classificar os casos (governos) em função das variáveis presentes e da ocorrência ou não das propostas de reforma (filtragem para os estudos de caso); e (4) comparar as categorias de casos (estudo de caso de C-médio). Esses objetivos guiam a estrutura da dissertação, que conta com três capítulos além desta introdução. No Capítulo 2, fundamentei o problema de

¹³Disponível em: <https://www.globaltradealert.org/>.

pesquisa empiricamente a partir de um panorama das estratégias de captação das rendas das *commodities* disponíveis aos governos latino-americanos (2.1) e também teoricamente, utilizando, principalmente, a teoria do Estado predatório da Margaret Levi (1989) (2.2). A partir disso, apresentei as condicionantes da taxaço das *commodities* e o modelo utilizado para a análise (2.3). No Capítulo 3, realizei a análise das variáveis do modelo, que apontou para a ideologia como principal condicionante de taxaço (3.1). Em seguida, apresentei as categorias utilizadas para os estudos de caso (3.2), desenvolvidos em três subseções, uma para cada categoria: governos de esquerda tentaram taxar durante o *boom* (3.2.1); governos de esquerda não tentaram taxar durante o *boom* (3.2.2); governos de direita tentaram taxar as *commodities* e governos de esquerda que tentaram taxar fora do *boom* (3.2.3). No Capítulo 4, apresento as considerações finais, sintetizando as conclusões e identificando limites e possibilidades da análise.

2 COMMODITIES, VOLATILIDADE E ARRECADAÇÃO

No Brasil, a descoberta do pré-sal gerou temores em investidores de que as potenciais rendas do petróleo manteriam o Partido dos Trabalhadores no poder por tempo indeterminado¹⁴, mesmo com o histórico de maior estabilidade política e moderação do país quando comparado aos seus vizinhos latino-americanos. Apesar do petróleo ter sido a principal *commodity* da pauta exportadora brasileira em 2006, 2007 e 2008¹⁵, tais expectativas não se realizaram; o governo do PT chegou ao fim em 2016. No México, críticos acusavam Vicente Fox, que governou de 2000 a 2006, de ter ‘dormido numa rede de dinheiro do petróleo’¹⁶. Na Venezuela, o comparativo entre os governos de Hugo Chávez, que governou no *boom*, e Nicolás Maduro, que governou no *bust* (queda de preços), demonstra como a dependência de *commodities* deixa os governos no limiar entre a bonança e a crise. Apesar do impacto negativo de médio e longo prazo da dependência para a consolidação do Estado, no curto prazo a renda das *commodities* é oportunidade para governantes: rendas extraordinárias podem ajudar (ainda que não garantir) que um governante sobreviva no cargo mesmo diante de crises, como Maduro na Venezuela; consiga eleger um sucessor, como os Kirchner na Argentina e Lula e Dilma no Brasil; e consiga tirar o país de uma crise econômica, como a crise de 2001 na Argentina. Ainda que a maioria desses exemplos se refira ao petróleo, cuja ‘maldição’ deu origem à uma vasta literatura sobre suas causas (AUTY, 1993; KARL, 1997; BARMA *et al*, 2011; SACHS; WARNER, 2001), as rendas extraordinárias de minérios e matérias-primas agrícolas são um ativo político, ainda que esses efeitos sejam consideravelmente menos radicais. Mas para aproveitar a janela de oportunidade que a alta de preços cria, os governos precisam, primeiro, captar essas rendas. A subseção seguinte apresenta um panorama das estratégias de arrecadação das rendas das *commodities* que estão disponíveis aos governantes latino-americanos.

2.1 ESTRATÉGIAS DE ARRECADAÇÃO DAS RENDAS DAS *COMMODITIES* NA AMÉRICA LATINA

¹⁴The Economist. 2010. In Lula’s Footsteps. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2010/07/01/in-lulas-footsteps>. Acesso em 18 de julho de 2022.

¹⁵Dados coletados no *World Integrated Trade Solutions*. Disponível em: <https://wits.worldbank.org>.

¹⁶The Economist. 2006. Time to wake up. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2006/11/18/time-to-wake-up>. Acesso em 24 de julho de 2022

Estratégias de captação da renda das *commodities* podem ser classificadas em função do grau de participação do Estado que elas demandam. No extremo com mais presença do Estado, tem-se as nacionalizações de empresas privadas produtoras. Aqui, a arrecadação sobre as rendas é direta (JIMÉNEZ; TROMBEN, 2006, p. 61) e não-tributária (SABAINI; MARTNER, 2008, p. 20), uma vez que o governo participa da produção (no caso das *commodities* agrícolas) ou extração (no caso das *commodities* não-renováveis). Ainda como estratégia estatista, mas moderada em comparação às nacionalizações pois se mantém a propriedade privada, tem-se o aumento da arrecadação indireta via taxação utilizando instrumentos com os *royalties*¹⁷, impostos sobre a renda e sobre lucros (JIMÉNEZ; TROMBEN, 2006, p. 60-75; TANZI, 2008, p. 9). No outro lado do espectro, da redução da participação do Estado, tem-se num extremo a privatização de empresas até então estatais. A estratégia moderada é a redução da carga tributária no setor, via isenções ou reduções em taxas, como forma de estímulo aos investimentos privados, ainda que a transparência sobre os resultados de políticas de incentivo fiscal no geral seja limitada (SABAINI; MARTNER, 2008, p. 34).

Como categoria intermediária¹⁸ de interação entre o Estado e a renda das *commodities*, considerarei a criação de fundos. Esses podem ter a função de reserva, de estabilização ou investimento social. Diferentemente das outras quatro categorias, a criação de um fundo é uma estratégia de alocação, não de arrecadação. Aqui, sua inclusão se dá em função dessa diferença de categorias; a criação do fundo pode ser uma alternativa de alocação mais eficiente das rendas em contextos que novas estratégias de arrecadação são inviáveis. Ainda que não sejam uma inovação política, a criação de fundos, especialmente os de estabilização, representa uma tendência recente na América Latina no marco da preocupação com a prociclicidade que caracteriza a região, ainda que, no geral, os resultados têm sido limitados (JIMÉNEZ; TROMBEN, 2006, p. 70-83).

O Quadro 1 lista as tentativas (ou seja, independentemente das reformas terem sido bem-sucedidas ou não) do executivo entre 2000 e 2021 de implementar essas cinco estratégias de captação e alocação das rendas das *commodities*. Ressalto que essas categorias não são coletivamente exaustivas ou mutuamente excludentes, logo, não configuram tipologias¹⁹. Na prática, existem outras estratégias como os controles de preços da

¹⁷Para um debate sobre a natureza jurídica dos *royalties*, cuja definição como imposto não é consensual, ver Fernandes (2016).

¹⁸Ver relatório do FMI (2015) para outras estratégias de estabilização fiscal associadas às rendas das *commodities*, como regras fiscais.

¹⁹Os requisitos das tipologias são sintetizados por Collier, LaPorte e Seawright (2012).

Argentina²⁰, o controle de produção da Venezuela que afeta o próprio preço do petróleo²¹ e as regras fiscais vinculadas ao preço do cobre no Chile²² (FMI, 2015). Além disso, as estratégias de arrecadação indireta coexistem, uma vez que as empresas privadas estão sujeitas a um determinado regime de concessão (no caso de recursos naturais) que vai dispor sobre instrumentos de compensação como *royalties* e outros tributos. Apesar disso, a divisão apresentada se justifica porque o quadro apresenta propostas de mudança nas estratégias, ou seja, reforma, e cada tipo de reforma conta com características distintas. Nacionalizações e privatizações são processos mais complexos, que, por vezes, demandam mudança da constituição, por serem uma questão de propriedade²³; já, reformas tributárias (aumento/criação e redução/isenção) e a criação de fundos são relativamente mais fáceis, a depender do processo legislativo e das especificidades do país (por exemplo, reformas tributárias substanciais no Brasil requerem emendas à constituição).

Quadro 1 - Propostas executivas de reforma na arrecadação e alocação sobre o setor das *commodities* entre 2000 e 2021

Mais Estado	Arrecadação direta	Nacionalização	Cristina 1; Fernández; Correa 2; AMLO; Castillo (2021)
	Arrecadação indireta	Aumento ou criação de impostos	Duhalde (2002); Cristina 1 (2008); Cristina 2 (2011); Macri (2019); Fernández (2019); Fernández (2020); Lagos (2004); Lagos (2005); Santos 1 (2011); Palacio (2006); Correa 1 (2008); Toledo; Garcia; Humala (2011); Castillo (2021); Mujica (2011); Chávez 2 (2001); Chávez 2 (2004); Chávez 2 (2005); Chávez 3 (2008); Chávez 3 (2011)
Menos Estado		Isenção ou redução de impostos	Macri (2017); Temer (2017); Uribe 2; Chávez 2 (2001)
	Privatização	Temer (2016); Noboa (2000); Peña Nieto (2014); Battle	
<i>Intermediária: Estratégia de alocação</i>		Criação de fundo	Lula 2; Bachelet 1 (2006) ²⁴ ; Noboa (2002); Fox (2000); Gutiérrez (2002); Palacio (2005); Chávez 2 (2004) ²⁵

Fonte: Elaboração própria.

²⁰Que são recorrentemente aplicados e cujas ocorrências podem ser encontradas no banco de dados do *Global Trade Alert*.

²¹The Economist. 2000. Chávez of Arabia. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2000/08/17/chavez-of-arabia>. Acesso em 27 de julho de 2022.

²²The Economist. 2005. Writing the next chapter in a Latin American Success Story. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2005/03/31/writing-the-next-chapter-in-a-latin-american-success-story>. Acesso em 20 de julho de 2022.

²³Luong e Weintal (2006) debatem as implicações dos diferentes modelos de propriedade dos recursos naturais.

²⁴Substituição do Fundo de Compensação do Cobre (1985) pelo Fundo de Estabilização Econômica e Social (JIMÉNEZ; TROMBEN, 2006, p. 78)

²⁵Substituição do Fundo de Investimento em Estabilização Macroeconômica (1998) pelo Fundo de Estabilização Macroeconômica (JIMÉNEZ; TROMBEN, 2006, p. 78).

Nota: Algumas instâncias não estão datadas pela indisponibilidade da informação. Ver Anexo 2 para mais informações sobre as propostas de reformas tributárias do banco de dados.

Antes de debater as implicações desses dados, destaco algumas limitações de sua coleta. A primeira é que diversas propostas latino-americanas, principalmente as nacionalizações e privatizações, precedem o meu recorte temporal, o que reduz o escopo histórico das conclusões sobre a recorrência de cada uma das estratégias na região. Segundo, a indisponibilidade de um banco de dados completo sobre a temática²⁶ afeta a confiança na identificação de todos os casos possíveis, especialmente na categoria das isenções e reduções. Tomando em conta essas limitações, foram identificadas 21 propostas de taxaço, 5 propostas de nacionalizaço, 4 propostas de isenço ou reduço, 4 propostas de privatizaço e 7 propostas de criaço de fundo de reserva.

A recorrência das tentativas de taxaço das rendas das *commodities* vai de encontro às proposiçoes da teoria do Estado Predatório de Margaret Levi (1989). Segundo ela, a maximizaço da utilidade dos governantes é a maximizaço da arrecadaço; logo, estariam sempre buscando formas de arrecadar mais. Ela propõe que estes esforços são estrangidos por três fatores. Dois desses criam demandas de barganha com a sociedade: a distribuço de poder, com atores com recursos políticos e econômicos; os custos de monitoramento, os responsáveis por essas atividades. O terceiro fator é das taxas de desconto, que aumentam de acordo com a insegurança percebida pelo governante da manutenço de seu cargo. Baixas taxas de desconto reduzem o incentivo à taxaço porque a expectativa de um futuro no cargo cria a demanda de garantia da manutenço da arrecadaço nesse futuro. Já altas taxas de desconto são um incentivo à extraço, pois o governante vai buscar o máximo de arrecadaço no presente em funço da insegurança de seu futuro. Assim, essa taxa varia com os horizontes temporais do governante, isto é, sua perspectiva de arrecadaço futura.

Entretanto, a arrecadaço sobre as *commodities* segue uma lógica distinta das outras fontes de recursos dos governos. Primeiro, sua captaço tem menos custos políticos e burocráticos que outras fontes de arrecadaço. Ela afeta um grupo menor (produtores), ao mesmo tempo que permite evitar a taxaço da populaço no geral quando as rendas estão altas. Essa caracterizaço se associa ao conceito de *earned income* (ou renda ‘merecida’, em traduço livre), que seria a arrecadaço que demanda burocracia própria e barganha ampla com sociedade (PRICHARD, 2016, p. 49). Assim, a arrecadaço sobre as *commodities* (ainda

²⁶Os dois bancos de dados auxiliares que utilizei na coleta - *Global Trade Alert* e de Focanti, Hallerberg e Scartascini (2013) - não contavam com a maioria das propostas de taxaço que identifiquei por pesquisa própria em veículos de notícias.

que, principalmente, a do tipo direto e relativa a recursos naturais) vai na direção contrária das demais formas de arrecadação governamental, inclusive, afetando negativamente a capacidade fiscal do país. Isso porque, uma vez que a arrecadação não demanda barganha, *accountability* e burocracias consolidadas, como propõem as teorias do Estado rentista (BRAUTIGAM, 2008, p. 19), reduz-se o incentivo para o desenvolvimento do aparato fiscal (CÁRDENAS; RAMÍREZ; TUZEMEN, 2011).

Segundo, a taxação das *commodities* pode ser classificada como progressiva, uma vez que afeta elites ao invés da população no geral. Dessa forma, sua recorrência vai na direção na tendência dos sistemas tributários latino-americanos, caracterizadas pela regressividade tanto dos mecanismos da taxação (BERNARDI *et al*, 2008) quanto dos seus efeitos, isto é, concentração de renda é maior depois da distribuição (SABAINI; MARTNER, 2008, p. 33). Esse quadro sugere que a taxação de *commodities* está sujeita a incentivos específicos, além dos incentivos da taxação no geral. Aqui, proponho que um desses incentivos são os períodos de alta nos preços das *commodities* (*boom*).

2.2 O BOOM COMO INCENTIVO À TAXAÇÃO DAS COMMODITIES

Veículos de imprensa e propositores das reformas frequentemente recorrem às variações de preços internacionais como justificativa discursiva para essas políticas tributárias, tratando a alta de preços como oportunidade de arrecadação. Todavia, a relação de causalidade entre a alta de preços e as tentativas de taxação ainda não foi rigorosamente testada. Jiménez e Tromben (2006) sintetizam um panorama da política fiscal de países exportadores de recursos não-renováveis, mas sem apontar relações causais e sem considerar casos dependentes de *commodities* agrícolas. Minha proposta é avaliar a causalidade do *boom* para propostas de taxação de *commodities* no geral tanto agrícolas (como a soja) quanto não-renováveis (petróleo e minérios como o cobre). As justificativas para esse problema de pesquisa são teóricas e empíricas.

A justificativa teórica retoma o modelo de Levi (1989) sobre as condicionantes da taxação. Tanto a taxa de desconto quanto a distribuição de poder na sociedade oferecem fundamentos para o potencial explicativo do *boom* de preços. Primeiro, transportando a questão da taxa de desconto para a dinâmicas das *commodities*, é possível propor uma relação entre a volatilidade dos preços e a taxa de desconto dos governantes: quando as rendas estão altas em função dos altos preços, a expectativa de *bust* reduz os horizontes temporais dos governantes, o que poderia incentivar que aproveitassem as rendas enquanto podem. No caso

dos recursos naturais, a finitude e perspectiva de escassez também podem ser consideradas como elementos que reduzem os horizontes temporais dos governantes (BARMA *et al*, 2011). Segundo, também é possível argumentar que a variação de preços afeta a distribuição de poder na sociedade ao alterar o espaço de manobra entre governantes e produtores²⁷. A alta de preços pode ser lida tanto como um incentivo ao governo de assumir o risco de propor uma reforma tributária como um desincentivo aos produtores de assumir o risco de rejeitá-las (num extremo, retirando sua produção e perdendo os lucros do *boom*). Isso porque não captar, no caso do governo, ou não produzir, no caso dos produtores, significaria ‘perder’ as rendas extraordinárias do *boom*.

Em suma, essas duas justificativas teóricas partem da premissa que o *boom* torna comportamentos de risco mais viáveis e atrativos. Assim, políticas como a taxaço das rendas das *commodities* que potencialmente têm impactos políticos (oposição das elites produtoras) e econômicos negativos (aprofundamento da dependência de rendas voláteis) ganham maior utilidade política.

A principal justificativa empírica de propor o *boom* como incentivo à taxaço das *commodities* é a seguinte: esse período de alta de preços se trata de um processo sem precedentes na história latino-americana em função da sua duração e magnitude (ERTEN; OCAMPO, 2012, p. 1). As consequências do período de bonança que ele inaugura na América Latina ainda estão sujeitas a debate, sendo o principal deles a relação entre a ascensão da esquerda na região e as oportunidades políticas geradas pelos bons tempos econômicos gerados pelo *boom* (WEYLAND, 2009; CAMPELLO, 2015).

Por esses motivos, existem bases teóricas e empíricas para esperar que as tentativas de arrecadação fossem mais frequentes em períodos de preços altos. Como avaliação parcial da viabilidade dessa relação, o Quadro 2 apresenta um levantamento de todos os governos da entre 2000-2021 dos países selecionados para análise, 53 no total, categorizadas em função da ocorrência ou não da alta de preços das *commodities* (na maior parte do governo) e da ocorrência de tentativas de taxaço no setor. A classificação do governo em função da presença do *boom* segue a codificação do banco de dados: nos governos que os preços da principal *commodity* de exportação do país em questão estavam altos em mais da metade do mandato, o *boom* foi codificado como presente.

²⁷Vale destacar que essa proposição é uma simplificação dos incentivos à taxaço, não das chances de sucesso de uma reforma. Essa última depende de diversos fatores, como o design da reforma e os recursos políticos disponíveis às elites afetadas (FARFIELD, 2013; 2015).

Quadro 2 - Preço das *commodities* vs. propostas de taxaço

Proposta de taxaço	Média de preço das <i>commodities</i> durante o mandato	
	<i>Alta</i>	<i>Baixo</i>
<i>Sim</i>	Duhalde; Cristina 1; Cristina 2; Lagos (2x); Santos 1; Palacio; Correa 1; Toledo; Garcia; Humala; Chávez 2 (3x); Chávez 3 (2x).	Macri; Fernández (2x); Castillo.
<i>Não</i>	Kirchner; Lula 1; Lula 2; Temer; Bachelet 1; Bachelet 2; Piñera 2; Uribe 1; Uribe 2; Santos 2; Gutiérrez; Correa 2; Fox; Calderón; Kuczynski Battle; Vázquez 1.	De La Rúa; FHC; Dilma 1; Dilma 2; Bolsonaro; Piñera 1; Pastrana; Duque; Noboa; Correa 3; Moreno; Lasso; Peña Nieto; AMLO; Vizcarra; Vázquez 2; Lacalle Pou; Chávez 1; Maduro 1; Maduro 2.

Fonte: Elaboração própria, sendo que a classificação dos preços é feita com base na série temporal da UNCTAD e a classificação das propostas com base em levantamento próprio (Anexos 1 e 2).

Nota: entre parênteses, os casos que contaram com mais de um reforma por mandato.

Dos 15 governos que tentaram taxar as *commodities*, 12 deles governaram durante uma alta de preços maior que a metade do seu governo, sendo que alguns tentaram (e foram bem sucedidas) em mais de uma vez por governo, totalizando 16 reformas (de 21) que potencialmente poderiam ser explicadas pela variação de preços. Todavia, apenas 11 dos 29 presidentes que governaram no *boom* tentaram taxar, enquanto os outros 18 não. Esses dois dados em conjunto sugerem algum impacto da alta de preços para o resultado da taxaço das *commodities* (o *boom* está presente em mais de dois terços das propostas), mas também um potencial condicionamento dessa relação à presença de outras variáveis. Isso porque o resultado da taxaço não está presente na maioria dos casos de governos com alta de preços (menos da metade desses governos tiveram propostas).

Além disso, a observação isolada da coincidência de propostas com o *boom* diz pouco sobre a causalidade e força dessa relação. Assim, para avaliar se o *boom* tem alguma capacidade explicativa sobre as tentativas de taxaço do setor das *commodities* na América Latina, proponho a comparação com outras variáveis apresentadas pela literatura como incentivos à taxaço. O desenho também possibilita avaliar o argumento subjacente à hipótese do *boom*, de que a taxaço de *commodities* estaria sujeita a incentivos específicos quando comparada à taxaço no geral. Na subseção seguinte, apresento as demais condicionantes da taxaço a serem incluídas no modelo e a relação de cada um com a hipótese do *boom* como incentivo à taxaço de *commodities*.

2.3 INCENTIVOS À TAXAÇÃO DE *COMMODITIES*

Souza (2013) identifica seis causas de reformas tributárias na literatura especializada: fatores externos e crises, apoio eleitoral, alianças partidárias, influências das elites, legitimidade política e sobrevivência política. Dentro dessa literatura, um dos principais trabalhos na área é o de Mahon (1997; 2004). Ele testa quantitativamente as causas de reformas neoliberais²⁸ e seus resultados apontam para a inflação e a pressão do Fundo Monetário Internacional como as principais delas. Focanti, Hallerberg e Scartascini (2013) revisam os achados de Mahon e encontram que os condicionamentos do FMI perderam força ao longo do tempo. Aqui, proponho o teste das seguintes condicionantes, diferenciadas em função da generalidade do seu impacto. Como condicionantes da taxaçoão no geral, inclui as variáveis ideologia do governo e ocorrência de crises. Já, como condicionantes específicas à dinâmica das *commodities*, isto é, outras que não o *boom*, inclui o grau de exposição às variações nos preços das *commodities* e a politização social da pauta das *commodities*.

Proponho o teste da capacidade explicativa do *boom* como incentivo a partir da comparação com as relações estabelecidas entre essas variáveis e as propostas de taxaçoão. Entendo que a ocorrência de tentativas de reforma na ausência de outros incentivos fortalece a hipótese do *boom* como um incentivo isolado. Já, a observação da coordenação entre o *boom* e outros incentivos para o resultado da taxaçoão é entendida como evidência do *boom* como incentivo condicionado. Nas subseções seguintes, descrevo os efeitos esperados dessas condicionantes para a taxaçoão das *commodities* e para validade da hipótese do *boom*.

2.3.1 Ideologia do governo

A caracterização da influência da **ideologia do governo** na política econômica no geral e na política tributária em específico decorre do entendimento de que a direita e a esquerda tem preferências distintas sobre a função do Estado (BOBBIO, 2001; BOIX, 1998). De forma simplificada, enquanto a esquerda teria a preferência pela maior presença do Estado na economia, a direita teria a preferência por menos. Ainda que alguns autores argumentem que a globalização substituiu as preferências ideológicas como norteador da política econômica, sigo a tradição que argumenta que essa variável ainda importa para entender política econômica (HART, 2010; CAMPELLO, 2015; HA; ROGERS, 2017). Assim, nesse modelo espera-se que governos de esquerda tentem taxar de forma progressiva, por isso, a

²⁸Ainda que o objetivo das reformas não seja pré-definido, a maioria das reformas tributárias na América Latina durante o seu recorte temporal (1977-1995) foi de cunho neoliberal, criando e ampliando impostos regressivos. Essa tendência da época foi relativamente homogênea, criando inclusive a conotação neoliberal para reformas tributárias no geral, e é o que justifica seu recorte (MAHON, 2004, p. 5).

ideologia de esquerda dos governantes é entendida como um incentivo à taxação progressiva no geral.

A codificação de um governo em função da sua ideologia é complexa e pouco consensual, como demonstra a diversidade de índices compostos baseados em diferentes procedimentos, como a codificação dos manifestos dos partidos (Manifesto Project²⁹) e entrevistas com elites (PREPPS³⁰) (WIESEHOMEIER, 2010; TAROUCO, MADEIRA; VIEIRA, 2022). Aqui, a ideologia é classificada de forma binária (esquerda ou direita)³¹. Para considerar alguma gradação nessa classificação, eu incluí mais duas variáveis que permitem a consideração da complexidade do espectro político na América Latina, principalmente no que diz respeito à atuação da esquerda. São elas: a **orientação econômica** e o **populismo do governo**. A variável da orientação econômica parte do reconhecimento da existência de ‘duas esquerdas’ na América Latina (WEYLAND, 2009), uma que é pró-estado e intervencionista, e outra, pró-mercado. A inclusão e codificação dessa variável foi feita com base em Campello (2015). Por sua vez, a variável do populismo parte da frequente distinção entre as esquerdas moderadas e populistas, frequente nos veículos de imprensa utilizados na codificação. Vale ressaltar que a frequência das políticas populistas na América Latina, entendidas como políticas de manutenção do apoio das massas (KAUFMAN; STALLINGS, 1991), é apontada como uma das causas para a baixa pressão fiscal na região (PROFETA; SCABROSETTI, 2008, p. 74). Isso, associado à utilidade do *boom* em evitar a taxação da população, permite classificar o populismo como um incentivo à taxação de *commodities*.

A codificação dessas variáveis seguiu a seguinte lógica:

- a) na ideologia do governo, 1 para governos classificados como esquerda e 0 para governos classificados como direita;
- b) na orientação econômica, 1 para governos pró-estado e 0 para governos pró-mercado, sendo que todos os governos de direita foram classificados como pró-mercado;
- c) no populismo do governo, 1 para governos populistas e 0 para governos não-populistas.

2.3.2 Crises

²⁹Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu/>.

³⁰Disponível em: <https://dataverse.harvard.edu/dataverse/prepps>.

³¹Destaco que a codificação dos governos em direita foi, em diversos casos, mais difícil do que a codificação da esquerda. A ideologia de governantes de esquerda era mais frequentemente ressaltada do que a ideologia de governantes de direita pelos veículos de notícias utilizados.

O papel das **crises econômicas** nas reformas tributárias é frequentemente testado. Parte-se da premissa que elas induzem comportamentos de risco (WEYLAND, 2009) e reduzem constrangimentos legislativos como a oposição a reformas impopulares (SABAINI; MARTNER, 2008, p. 38) em função dos temores sobre os efeitos da crise (MAHON, 2004). Assim, a ocorrência de crises econômicas seria um incentivo à taxação no geral. A codificação dessa variável é 1 para ocorrência de crise econômica e 0 para a não-ocorrência. A situação econômica da América Latina é difícil de simplificar de forma binária. A classificação dos governos em ocorrência ou não-ocorrência de crise econômica se deu com base na presença de crises graves, dessa forma, casos que, por exemplo, sofriam apenas com pressões inflacionárias receberam a classificação de não-ocorrência.

Mas além de economicamente instável, a região da América Latina também é considerada institucionalmente fraca e uma das faces dessa fraqueza é a dificuldade dos presidentes de manterem seus cargos (LEVISTKY; MURILLO, 2013). Alguns autores identificam a causa desse problema no próprio regime presidencialista, tido como mais propenso a rupturas do que o parlamentarismo (LINZ, 1990; SHUGART; MAINWARING, 1997); outros contestam que a manutenção do regime, mesmo em frente a instabilidade dos presidentes, evidencia que o problema não é intrínseco a esse sistema (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). Przeworski (2012) chama essa instabilidade sem mudança de regime de turbulência (tradução livre de *turmoil*). Ainda assim, a ocorrência de desafios frequentes aos governantes latino-americanos e o relativo sucesso desses desafios (HOCHSTETLER, 2006, p. 415), seja na forma de renúncia, derrota nas urnas, *impeachments* ou golpes³² são evidências da fraqueza, senão do regime, das instituições.

A dinâmica das **crises políticas** é diferente das crises econômicas, por isso, elas são aqui representadas em uma variável distinta. Sua inclusão permite a consideração de outras condicionantes de taxação, como sobrevivência política e o apoio eleitoral (SOUZA, 2013). Ao contrário das crises econômicas que incentivam comportamentos arriscados, entendo a ocorrência de crises políticas como um desincentivo à taxação, dada a centralidade da questão da sobrevivência do governante sobre outras agendas e do provável quadro de alta oposição nas câmaras e nas ruas que dificultaria a proposição de reformas, especialmente no caso das *commodities*, cuja taxação que afeta grupos de alta importância política (FARFIELD, 2013, p. 1). Então, nessa variável, a presença da crise política é tida como desincentivo da taxação.

³²Apesar das diversas especificações que suas definições possam ter, Pérez-Liñán (2007, p. 47) define oito de resultados de crises presidenciais que não sejam a estabilização da situação, e do quão borradas possam ser as linhas entre essas definições, especialmente entre golpe e impeachments (MALAMUD; MARSTEINTREDET, 2020).

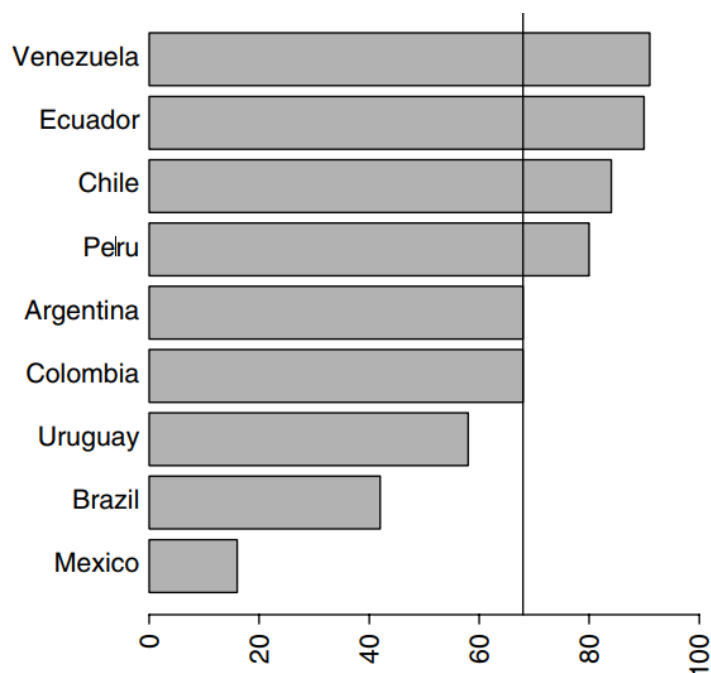
Sua codificação é 1 para ocorrência de crise política e 0 para a não-ocorrência. Foram consideradas como crises políticas apenas as crises de sobrevivência no cargo, isto é, casos de tentativa de *impeachment*, golpe ou protestos populares explicitamente visando a ruptura com o governo vigente.

2.3.3 Outras condicionantes associadas às dinâmicas das *commodities*

O modelo inclui duas variáveis associadas às dinâmicas das *commodities*: exposição à volatilidade de preços das *commodities* e politização do setor das *commodities* pela população. Essa inclusão se justifica pela heterogeneidade da dependência na região e reflete um esforço de mitigar as limitações das codificações binárias sem recorrer a classificação entre exportadores de recursos não-renováveis e produtos agrícolas, já que alguns países exportam produtos de ambas as categorias. Ainda assim, diferenças no tipo de *commodity* exportada são subjacentes a ambas variáveis, uma vez que países exportadores de recursos naturais geralmente são mais expostos à volatilidade e mais socialmente conflituosos sobre o tema.

A variável do grau de **exposição à volatilidade** dos preços das *commodities* permite diferenciar países altamente expostos de países pouco expostos. Diferentemente das demais variáveis, a codificação dessa variável não se dá pela análise de notícias, mas com base nos dados da Figura 2. A codificação entre alta e baixa exposição se deu a partir do nível médio de exposição nos países da amostra no ano que antecedeu o início do *boom* (2000), o que permite controlar potenciais efeitos de aprofundamento da dependência desse período. O indicador utilizado foi o da participação das *commodities* na pauta exportadora de cada país. Essa codificação é estática, ou seja, todos os governos de cada um dos países receberam a mesma codificação, sendo 1 para a alta exposição (países na média e acima) e 0 para a baixa exposição (países abaixo da média).

Figura 2 - Participação das *commodities* na pauta exportadora (2000)



Fonte: Campello (2015, p. 14, figura 1.3); World Data Bank.
Nota: a linha representa a média.

A variável da politização da pauta das *commodities* busca representar a dimensão social da dependência das *commodities* a partir de protestos da população sobre a temática. A taxação em sentido amplo é tema altamente politizado em países pouco desenvolvidos (HA; ROGERS, 2017, p. 495). Em países dependentes, essa politização se traduz em protestos pela taxação das *commodities* ou alguma forma de compensação pelos efeitos nocivos dessa dependência, sejam eles econômicos, sociais ou ambientais. No caso da mineração, por exemplo, foram identificados 215 conflitos em 19 países da América Latina em 2014, segundo o *Observatory of Mining Conflicts in Latin America*³³. A ideia de incluir essa variável surgiu a partir de uma análise exploratória do caso da Bolívia, que não foi incluído no atual recorte, onde protestos motivados pela questão dos recursos naturais ocorrem com frequência. Entende-se que a politização da pauta incentiva a taxação de *commodities*, seja como um resultado do governo ter cedido à pressão popular ou da coincidência de interesses entre governantes e constituintes³⁴. A codificação dos governos é 1 quando há a ocorrência de protestos e 0, quando não há a ocorrência de protestos.

2.3.4 Síntese do desenho de pesquisa

³³The Economist. 2016. From conflict to cooperation. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2016/02/06/from-conflict-to-co-operation>. Acesso em 26 de julho de 2022

³⁴Ver Buchanan (1987) para uma discussão sobre esse último ponto.

O modelo permite a avaliação da hipótese do *boom* como incentivo à taxação de *commodities* de duas formas. A primeira avalia se o *boom* pode ser tratado como incentivo isolado a partir dos casos positivos de propostas, examinando se existem casos de taxação em que o *boom* é o único incentivo presente. Nessa análise, o *boom* seria um incentivo isolado se seu impacto não dependesse da presença de outras variáveis que também incentivassem a taxação. A terceira coluna do Quadro 3 sistematiza esse teste no qual a relação entre o *boom* e os outros incentivos é de rivalidade explicativa. Se a análise não apontar para o efeito isolado do *boom*, também é possível utilizar o modelo de uma segunda maneira: avaliar se a frequência da relação entre o *boom* e os casos de reforma se torna maior mediante a presença de outras variáveis. A quarta coluna do Quadro 3 modifica o modelo para o teste do *boom* como incentivo condicionado, no qual a relação entre o *boom* e os outros incentivos é aditiva para a força explicativa da hipótese do *boom*.

Quadro 3 - Proposta de testes da relação entre as condicionantes à taxação e a capacidade explicativa do *boom* como incentivo à taxação de *commodities*

Condicionante	Indicador	Fortalece hipótese do boom como incentivo isolado:	Fortalece hipótese do boom como incentivo condicionado:
<i>Ideologia</i>	Ideologia (esquerda ou direita)	Proposta de taxação ocorrem em governos de direita, durante o <i>boom</i>	Proposta de taxação ocorrem em governos de esquerda, durante o <i>boom</i>
	Orientação econômica (estado ou mercado)	Proposta de taxação ocorrem em governos de pró-mercado, durante o <i>boom</i>	Proposta de taxação ocorrem em governos de pró-Estado, durante o <i>boom</i>
	Populista (ou não-populista)	Proposta de taxação ocorrem em governos não-populistas, durante o <i>boom</i>	Proposta de taxação ocorrem em governos populistas, durante o <i>boom</i>
<i>Crise</i>	Crise econômica (ausente ou presente)	Proposta de taxação ocorrem em governos sem crise econômica, durante o boom	Proposta de taxação ocorrem em governos em crise econômica, durante o <i>boom</i>
	Crise política (ausente ou presente)	Proposta de taxação ocorrem em governos em crise política, durante o <i>boom</i>	Proposta de taxação ocorrem em governos sem crise política, durante o <i>boom</i>
<i>Dinâmica das commodities</i>	Exposição aos preços das <i>commodities</i> (alta ou baixa)	Proposta de taxação ocorrem em governos com baixa exposição, durante o <i>boom</i>	Proposta de taxação ocorrem em governos com alta exposição, durante o <i>boom</i>
	Politização do setor das <i>commodities</i> (ocorrência ou não de protestos)	Proposta de taxação ocorrem em governos sem protestos relativos às <i>commodities</i> , durante o <i>boom</i>	Proposta de taxação ocorrem em governos com protestos relativos às <i>commodities</i> , durante o <i>boom</i>

Fonte: Elaboração própria.

O capítulo seguinte testa essas propostas da seguinte forma. Primeiro, a partir da análise das frequências das variáveis que se dá pela comparação em matriz dos casos em que as propostas de taxaço coincidem com o *boom*. Essa análise *variable-oriented* permite conclusões preliminares sobre a capacidade explicativa do *boom* como incentivo isolado ou condicionado. Segundo, a partir de estudos de casos que são selecionados com base nas tendências identificadas pela análise das variáveis. Essa análise *case-oriented* permite a avaliação da força de cada caso como evidência da atuação do *boom* como incentivo à taxaço de *commodities* na América Latina.

3 ANÁLISE EMPÍRICA

Para testar a hipótese de que o *boom* de preços das *commodities* incentiva propostas de taxaço nesse setor na América Latina, eu utilizo o banco de dados de elaboração própria sobre 53 governos latino-americanos entre 2000 e 2021 dos nove países selecionados (a partir da categoria *low-saving commodity-exporting*), codificados em função das variáveis incluídas no modelo (ideologia, orientação econômica, populismo, ocorrência de crise econômica, ocorrência de crise política, exposição à volatilidade dos preços das *commodities*, politização da pauta das *commodities* e ocorrência do *boom*). Na primeira subseção, o foco da comparação é nas variáveis; na segunda seção, o foco passa a ser nos casos. Estes são categorizados em função das condicionantes identificadas como mais relevantes para explicar a ocorrência de tentativas de reforma. A partir dessas categorias, comparo os casos em que as tentativas de reforma ocorrem ($Y=1$) conforme as expectativas do modelo, isto é, durante o *boom* ($X=1$); os casos em que se esperaria que elas ocorressem, mas não ocorrem ($X=1, Y=0$); e onde não se esperaria que elas ocorressem, mas elas ocorrem ($X=0, Y=1$).

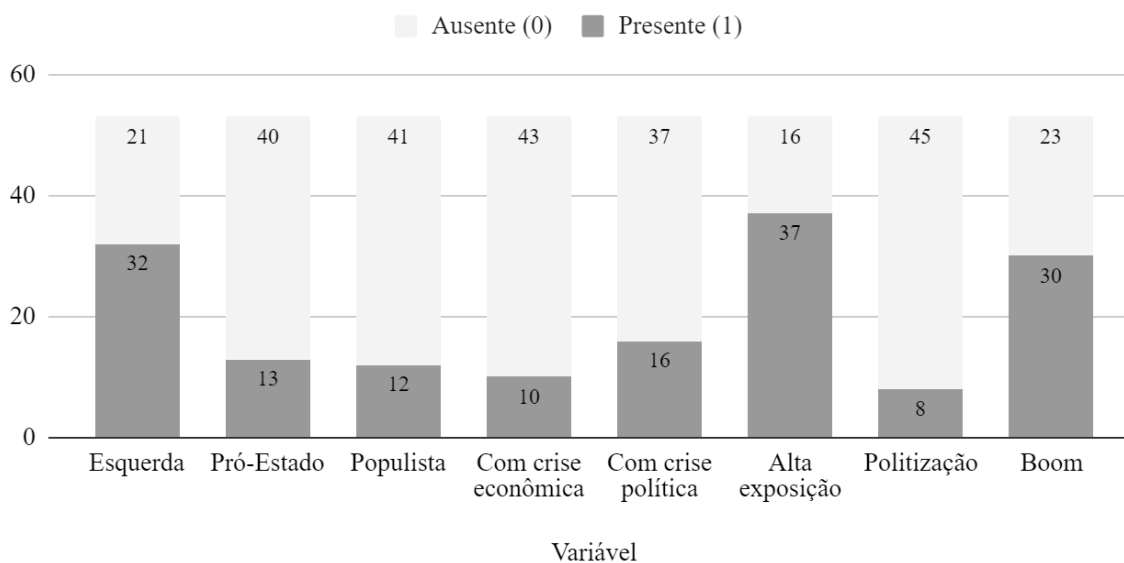
O relatório da coleta e codificação do banco de dados de governos organizado para esta pesquisa está disponível no Anexo 1, incluindo a tabela com todos os governos codificados, um resumo de cada governo justificando suas codificações e as fontes utilizadas para esse processo. A Figura 3 sintetiza os dados gerais desse banco de dados. Dos 53 governos, 32 eram de esquerda, sendo que, entre esses, 13 eram de orientação pró-Estado; 12 eram populistas; 10 passaram por crises econômicas graves; 16 passaram por crises políticas graves; 37 estavam sujeitos à alta exposição aos preços das *commodities*; 8 tiveram casos de politização das *commodities* por meio de protestos populares; e 30 governaram durante o *boom* em mais da metade de seu governo.

Com isso, a ideologia de esquerda, a exposição à volatilidade das *commodities* e a ocorrência do *boom* são os principais elementos em comum entre os governos de 2000-2021. Esses dados se associam ao recorte temporal das duas primeiras décadas dos anos 2000, que na América Latina é conhecida pela chamada Onda Rosa³⁵, período de ascensão de governos de esquerda na região. Alguns países estão elegendo governos de esquerda novamente (Alberto Fernández na Argentina em 2019, Pedro Castillo no Peru em 2021; Gabriel Boric no Chile em 2022; e até o primeiro caso de presidente de esquerda na Colômbia, com Gustavo Petro em 2022), mas o enfraquecimento dessa onda se deu a partir da metade da segunda

³⁵Levitsky e Roberts (2011) e Weyland, Madrid e Hunter (2010) organizaram volumes debatendo e caracterizando esse processo de ascensão das esquerdas na América Latina durante os anos 2000.

década dos anos 2000³⁶. Esse período coincidiu com a alta de preços das *commodities* e pode ser correlacionado com o sucesso da esquerda durante esse período (WEYLAND, 2009) dada a característica compartilhada pela região de dependência da exportação desses produtos. Esse contexto também aponta para uma possível endogeneidade entre o *boom* e manutenção dos governos de esquerda no poder.

Figura 3 - Resumo das variáveis do banco de dado



Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 4 lista as propostas analisadas e incluídas no banco de dados. A coleta que resultou nesse levantamento foi realizada de forma não-estruturada, dessa forma, é possível que outras instâncias de tentativa de taxaço não tenham sido identificadas. O recorte de seleção para a análise foi o de propostas de taxaço restritas aos principais produtos de exportação de cada país ou propostas que se aplicavam às *commodities* no geral. Não foram consideradas medidas frequentes como as mudanças em preços de referência da Argentina.

³⁶Vice. The Year the 'Pink Tide' Turned: Latin America in 2015. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/wjazpy/the-year-the-pink-tide-turned-latin-america-in-2015>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

Quadro 4 - Propostas de taxação das *commodities* na América Latina (2000-2021)

Código	Governo	Proposta de taxação	Data
ARG02	Duhalde (2002-2003)	Criação do imposto de exportação aplicável a todos os produtos proposta pelo ministro da economia	2002
ARG08	Cristina 1 (2007-2011)	Tentativa de introdução de modelo sliding scale do imposto de exportação sobre soja e girassol que aumentaria de 35% para 44%	2008
ARG13	Cristina 2 (2011-2015)	Aumento no imposto de exportação sobre o resíduo da soja usada na alimentação animal	2013
ARG18	Macri (2015-2019)	Imposto de 4 pesos por dólar sobre exportações de matérias-primas e 3 pesos para demais exportações	2018
ARG19	Fernández (2019-)	Eliminação do valor limite do imposto de Macri + Aumento de 24.7% para 30% sobre a soja	2019
ARG20	Fernández (2019-)	Aumento de 30% para 33% no imposto de exportação sobre soja e de 12% para 15% no milho e trigo	2020
CHI04	Lagos (2000-2006)	Tentativa de criação de <i>royalties</i> da mineração	2004
CHI05	Lagos (2000-2006)	Criação do imposto especial sobre a mineração (revisão da proposta de <i>royalties</i>)	2005
COL11	Santos (2010-2018)	Imposto de exportação adicional sobre hidrocarbonetos e mineração	2011
EQU06	Palacio (2005-2007)	Aumento no imposto sobre rendas extraordinárias do setor do petróleo proposta pelo ministro da economia	2006
EQU07	Correa 1 (2007-2009)	Imposto de 99% sobre lucros inesperados (<i>windfall tax</i>)	2007
PERa	Toledo (2001-2006)	<i>Royalties</i> de 3% em novos projetos	-
PERb	Garcia (2006-2011)	Contribuição voluntária de 3% nos lucros pós-taxação	-
PER11	Humala (2011-2016)	Impostos sobre lucros via <i>royalties</i> , imposto especial e contribuição especial	2011
PER21	Castillo (2021-)	Proposta de aumento nos impostos da mineração	2021
URU11	Mujica (2010-2015)	Tentativa de imposto de desestimulava a concentração de terra	2011
VEN01	Chávez 2 (2001-2007)	Nova lei dos hidrocarbonetos que privilegia <i>royalties</i> sobre vendas	2001
VEN04	Chávez 2 (2001-2007)	Aumento de imposto de 1% para 16%	2004
VEN05	Chávez 2 (2001-2007)	Aumento no <i>royalties</i> e IR e criação de imposto de extração	2005
VEN08	Chávez 3 (2007-2013)	Contribuição especial sobre rendas extraordinárias	2008
VEN11	Chávez 3 (2007-2013)	Substituição do imposto <i>windfall</i> de 2008 por 4 impostos totalizando 95%	2011

Fonte: Elaboração própria.

Nota: As reformas PERa e PERb não estão datadas porque essa informação não foi encontrada.

3.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS

Nesta subseção, analiso a relação entre a ocorrência de propostas de taxação durante o *boom* e a presença de outros incentivos à taxação a partir de uma matriz dos casos. Para isso, selecionei dentro do banco de dados apenas as propostas que ocorreram durante o *boom*. A potencial relação entre o *boom* e a taxação de *commodities* já foi preliminarmente

apresentado no Quadro 2 (subseção 2.2): dos 15 governos que tentaram taxar o *boom*, 13 tiveram uma alta de preços na maior parte de seu governo (sendo que alguns tentaram taxar mais de uma vez e, com isso, 16 das 21 propostas foram durante o *boom*). Esses dados dão indícios da importância da presença da variável *boom* para o resultado das propostas de taxação. Entretanto, a comparação com a amostra no geral sugere que seu incentivo é fraco ou condicionado a presença de outros incentivos: dos 30 governos que passaram pelo *boom*, a maioria (17) não tentou taxar o *boom*.

Proponho que seria possível sugerir que a presença do *boom* incentiva propostas de taxação de forma isolada no caso dela ser a única variável de incentivo presente nos casos de resultado positivo (proposta de taxação). Caso as propostas feitas durante o *boom* ocorressem na presença de outras variáveis definidas como de incentivo à taxação, seria possível propor que o efeito do *boom* é condicionado à presença de outros incentivos. O quadro 3 da subseção 3.3.4 resume o efeito de incentivo de cada variável. A Tabela 1 apresenta os casos de propostas de taxação durante o *boom* (ou seja, reformas fora do *boom* não estão incluídas nessa seleção) codificados em função da presença de outros incentivos. Todas as variáveis codificadas com 1 (presença) representam relações definidas como de *incentivo* a taxação com exceção da crise política, cuja presença seria um *desincentivo* à taxação.

Tabela 1 - Relação entre incentivos à taxação e a ocorrência de propostas

País	Governo	Ideologia do governo			Crise		Dinâmica das <i>commodities</i>		
		Esquerda	Estado	Populista	CE	CP	Exp.	Politz.	Boom
Argentina	Cristina 1	1	1	1	0	0	1	0	1
Argentina	Cristina 2	1	1	1	0	0	1	0	1
Argentina	Duhalde	1	0	0	1	0	1	0	1
Chile	Lagos	1	0	0	0	0	1	0	1
Colômbia	Santos 1	0	0	0	0	0	1	0	1
Equador	Correa 1	1	1	1	0	0	1	0	1
Equador	Palacio	1	0	0	0	1	1	1	1
Peru	Toledo	1	0	0	0	1	1	0	1
Peru	Garcia	1	0	0	0	0	1	1	1
Peru	Humala	1	0	0	0	0	1	1	1
Uruguai	Mujica	1	0	0	0	0	0	0	1
Venezuela	Chávez 2	1	1	1	0	1	1	0	1
Venezuela	Chávez 3	1	1	1	0	1	1	0	1
<i>Total</i>		12	5	5	1	4	12	3	13

Fonte: Elaboração própria.

Dos 13 governos que propuseram a taxaço durante o *boom*, 12 eram de esquerda, 5 de orientaço pró-Estado (associada à ideologia de esquerda), 5 eram populistas, 1 passou por crise econômica, 4 passaram por crise política, 12 estavam altamente expostos à volatilidade dos preços e 3 passaram por protestos populares de politizaço da pauta das *commodities*. Tem-se, assim, uma alta frequência de propostas durante governos de esquerda (12 de 13), na ausência de crises econômicas (12 de 13) e em países de alta exposiço à volatilidade das *commodities* (12 de 13). Destaco também a frequência de ausência de crises políticas (9 de 13). Já a frequência de governos de orientaço pró-Estado, populistas e com protestos de politizaço da pauta foi baixa (5, 5 e 3 respectivamente). Apenas 1 dos 13 casos dispostos na Tabela 1 não apresenta nenhum outro incentivo além do *boom* (Santos 1). Todos os demais casos apresentam pelo menos um outro incentivo presente e se tratam de governos de esquerda. Apenas um entre esses casos conta com menos de 2 incentivos além do *boom* (Mujica, cujo único outro incentivo é a ideologia de esquerda).

Das três variáveis com alta frequência para o resultado, a causalidade da ideologia de esquerda e a exposiço aos preços têm maior sustentação teórica. A ocorrência da taxaço das *commodities*, que pode ser classificada como uma política tributária heterodoxa por captar os lucros das elites, em (1) governos de esquerda (2) durante o *boom* apoia às conclusões de estudos que apontam que bons tempos econômicos (*boom* e reduço nas taxas de juros internacionais) permitem que governos de esquerda promovam políticas econômicas heterodoxa (WEYLAND, 2009; HART, 2010; CAMPELLO, 2015; HA; ROGERS, 2017). Já a alta exposiço aos preços das *commodities* como incentivo à taxaço dessas rendas se sustenta nas propostas da teoria da maldiço de recursos que ressaltam que essa fonte de recurso vai ser preferida sobre outras, porque ela permite altas arrecadações sem gerar oposiço da sociedade e sem desenvolver aparatos burocráticos mais complexos e mais custosos (CÁRDENAS; RAMÍREZ; TUZEMEN, 2011). Também faz sentido que países com maior diversificaço econômica dependam menos das rendas das *commodities* nas suas receitas públicas. Por sua vez, uma potencial causalidade da ausência de crises econômicas é enfraquecida por duas razões: primeiro, vai na direção contrária das teorias propõem que crises promovem a taxaço (MAHON, 2004; SOUZA, 2013); segundo, pela relação com o próprio *boom*, já que esse geralmente está associado a bons tempos econômicos, inclusive

insulando os governos da crise de 2008, que Lula chamou de “marolinha”³⁷. Assim, a ausência de crises econômicas pode ser lida como uma consequência da presença do boom.

Uma vez que apenas uma tentativa de taxaço durante o *boom* ocorreu na ausência de outros incentivos, os dados fortalecem a hipótese do *boom* como incentivo condicionado, e não isolado. Esses resultados sugerem que o *boom* incentiva a taxaço de *commodities* de forma condicionada a presença de outros incentivos como governos de esquerda e a alta exposição ao preço de *commodities*. Todavia, dados de frequência representam evidências fracas para embasar conclusões de causalidade. Quantitativamente, o caminho de maior rigor para o fortalecimento dessa hipótese seria o das probabilidades (correlação e regressão), que permitiria o cálculo do efeito do *boom*; qualitativamente, métodos de análise quantitativa comparada permitiriam a identificação de conjuntos causais entre os incentivos propostos pelo modelo. Aqui, opto pelo caminho intermediário em termos de refino metodológico, o estudo de caso, mas que apresenta maiores possibilidades exploratórias. Sua aplicação é feita na subseção seguinte.

3.2 ANÁLISE DE CASOS

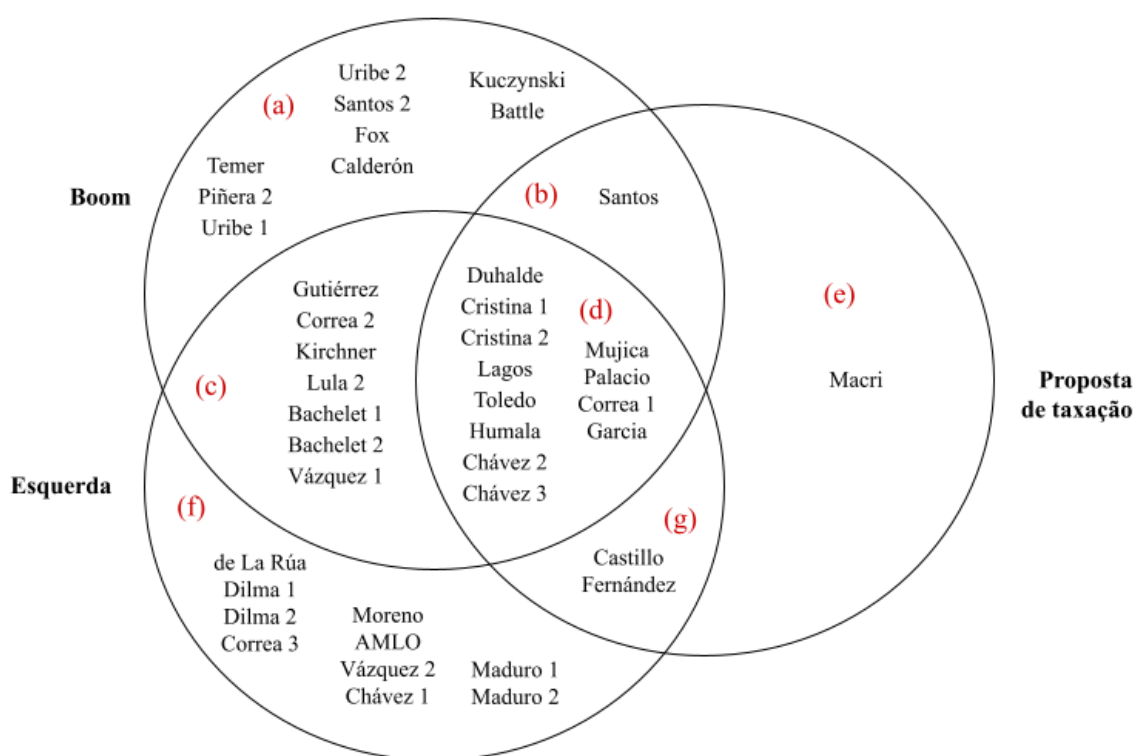
A análise das variáveis apontou para a ideologia de esquerda e a alta exposição aos preços das *commodities* como condicionantes da atuação *boom* como um incentivo à taxaço desse setor. Considerando que a exposição foi a única variável estática, isto é, cuja codificação se deu por país e não por governo, utilizo apenas a variável ideologia para categorizar e filtrar os governos que serão analisados nesta subseção. Essa filtragem se justifica pela inviabilidade de aplicação de estudos de caso em 53 governos e pela demanda de avaliação das evidências utilizadas para as conclusões sobre o impacto das condicionantes da taxaço de *commodities* identificadas na subseção anterior (*boom*, ideologia do governo e exposição à volatilidade). Com a filtragem, foram selecionados 34 governos para os estudos de caso, ressaltando que, por ainda se tratar de um C-médio, o aprofundamento em cada um dos governos é limitado, ainda que menos do que seria com a tentativa de analisar 53 casos. O fortalecimento das conclusões sobre a operação das condicionantes de taxaço se dá pela análise também de casos negativos, isto é, onde a proposta de taxaço não ocorre. Isso porque as categorias utilizadas para filtrar os casos buscaram abranger tantos os casos que as

³⁷O Globo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será ‘marolinha’. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

tentativas de reforma ocorreram quanto os casos positivos e negativos para o resultado da taxação.

Tal preocupação se operacionalizou em três categorias: (1) governos de esquerda que tentaram taxar durante do *boom* (casos nos quais se esperava a tentativa de taxação e ela ocorreu); (2) governos de esquerda que não tentaram taxar durante o *boom* (casos nos quais se esperava a tentativa de taxação e ela não ocorreu); (3) governos de esquerda que tentaram taxar fora do *boom* e governos de direita que tentaram taxar a *commodities* (casos nos quais não se esperava a tentativa de taxação e ela ocorreu). A Figura 4 apresenta essas categorias a partir de um diagrama de Venn: a primeira categoria é a dos 12 casos contidos na intersecção (d) no diagrama; a segunda categoria é dos 7 casos contidos na intersecção (c); a terceira categoria é a dos 4 contidos nas intersecções (b), (e) e (g).

Figura 4 - Categorização dos casos com base nas variáveis *boom*, ideologia (esquerda) e proposta de taxação das *commodities*



Fonte: Elaboração própria.

Nota: (a) governos de direita que não tentaram taxar durante o boom; (b) governos de direita que tentaram taxar durante o *boom*; (c) governos de esquerda que não tentaram taxar durante o *boom*; (d) governos de esquerda que tentaram taxar durante o *boom*; (e) governos de direita que tentaram taxar fora do *boom*; (f) governos de esquerda que não tentaram taxar fora do *boom*; (g) governos de esquerda que tentaram taxar fora do *boom*.

O diagrama categoriza apenas 42 dos 53 casos porque os governos de direita que não tentaram taxar as *commodities* fora do *boom* (11 casos) não foram incluídos, uma vez que eles não estão contidos em nenhuma das variáveis utilizadas para a categorização (esquerda, *boom* e proposta de taxaço). Os casos de governos de direita que não tentaram taxar durante o *boom* (a) e os casos de governos de esquerda que não tentaram taxar fora do *boom* (b) não serão analisados por meio de estudos de casos porque a não ocorrência de taxaço era esperada; os seus resultados já reforçam as conclusões de que propostas de taxaço dependem tanto de preços altos quanto de governos de esquerda. Em função desse filtro, nenhum estudo de caso do México é conduzido. O único governo mexicano incluído no diagrama é o de AMLO, mas como ele não apresentou proposta de taxaço e não governou durante o *boom*, ele não foi selecionado para estudo de caso.

Nas subseções seguintes, os casos contidos nas três categorias são analisados. Os estudos de caso foram embasados nas notícias utilizadas para a codificação do banco de dados e complementados por revisão bibliográfica.

3.2.1 Considerações sobre governos de esquerda que tentaram taxar durante o *boom*

A ocorrência de propostas de taxaço em governos (a) de esquerda (b) durante o *boom* reflete as expectativas propostas pela fundamentação teórica e empírica do capítulo 2 e apoiam a hipótese de que o *boom* incentiva a taxaço de forma condicionada. Entretanto, a análise em matriz da frequência dessas relações (subseção 4.1) é uma evidência fraca desse argumento. Esta subseção apresenta estudos de casos positivos, isto é, em que as causas e os resultados estão presentes. São governos em que a taxaço ocorre nos casos em que ela é esperada pelo modelo. O objetivo dessa seção é avaliar a pertinência de cada caso para as conclusões preliminares sobre a capacidade explicativa do *boom*, a partir de evidências específicas ao país e ao governo em questão. Analiso aqui os governos de Eduardo Duhalde (Jan-2002 a Mai-2003), o primeiro (Dez-2007 a Dez-2011) e o segundo mandato de Cristina Kirchner (Dez-2011 a Dez-2015) na Argentina; o governo de Ricardo Lagos (Mar-2000 a Mar-2006) no Chile, que tentou taxar em duas oportunidades; o governo de Alfredo Palacio (Abr-2005 a Jan-2007) e o primeiro mandato de Rafael Correa (Jan-2007 a Ago-2009) no Equador; no Peru, Alejandro Toledo (Jul-2001 a Jul-2006), Alan Garcia (Jul-2006 a Jul-2011) e Ollanta Humala (Jul-2011 a Jul-2016); no Uruguai, o governo de José Mujica (Mar-2010 a Mar-2015); na Venezuela, o segundo (Jan-2001 a Jan-2007) e o terceiro mandato (Jan-2007 a Jan-2013) de Chávez que contaram com, respectivamente, três e duas tentativas de taxaço.

A partir do banco de dados organizado para essa dissertação (Anexo 1), é possível traçar algumas características gerais desses países e, por consequência, suas semelhanças e diferenças. A Tabela 2 apresenta a frequência das variáveis por país, cujas conclusões servem para todos os estudos de caso subsequentes.

Tabela 2 - Frequência das variáveis por país

País (n° governos)	Esquerda	Estado	Populista	CP	CE	Exp.	Pol.	Boom	Propostas (total)
Argentina (7)	6	4	3	1	4	alta	0	4	6
Brasil (7)	4	0	1	3	2	baixa	0	3	0
Chile (5)	3	0	0	1	0	alta	0	4	2
Colômbia (6)	0	0	0	0	0	alta	0	4	1
Equador (8)	6	3	3	3	1	alta	3	4	2
México (4)	1	1	1	1	1	baixa	0	2	0
Peru (6)	4	1	0	4	0	alta	5	4	4
Uruguai (5)	3	0	0	0	1	baixa	0	3	1
Venezuela (5)	5	4	4	4	2	alta	0	2	5

Fonte: Elaboração própria.

Um dos principais pontos a ser observado nesse quadro é que os únicos países que não apresentam casos de proposta de taxaço são países de baixa exposição à volatilidade dos preços. A isso, se soma o fato que a proposta no Uruguai (2011), o outro país de baixa exposição, foi uma tentativa de criação de imposto sobre grandes propriedades de terra³⁸ (*Impuesto a la Concentración de Inmuebles Rurales*, ICIR) cujo objetivo declarado por Mujica era desestimular a concentração de renda, em vez da maior coleta de impostos. Assim, esse caso não pode ser classificado como uma tentativa de aproveitar as rendas extraordinárias do *boom*, por mais que o imposto afetasse diretamente esse setor - que, inclusive, se posicionou fortemente contra sua criação, levando a sua revogação (RIUS, 2012). Não é possível avaliar se a tentativa ocorreu motivada pela expectativa de uma maior margem de manobra do governo frente ao setor em decorrência do *boom*. Além disso, diferentemente da maioria das propostas analisadas, se trata de imposto de renda e não de imposto sobre lucros, o que indicaria uma intenção de captar os lucros atípicos derivados da alta de preços. Dessa forma, a identificação de outra motivação para a criação do imposto

³⁸“This is about increasing wealth, not collecting taxes. Those people who own lots and produce little need a bit of prodding,” said Mujica, who has also asked lawmakers to work on a bill to crack down on foreign land purchases.” Reuters. Uruguay Land Tax. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uruguay-land-tax-idUKN0913207220110609>. Acesso em 21 de agosto de 2022.

(que não a arrecadação) enfraquece a proposta de Mujica como evidência da hipótese do *boom*.

A importância da exposição aos preços das *commodities* é fortalecida pelo fato de que o país mais exposto da amostra, a Venezuela³⁹, também é o que mais teve casos de propostas de taxaço por um mesmo governante (5 propostas de Chávez, em dois mandatos presidenciais). A Argentina tem mais tentativas de reforma, mas apenas Cristina Kirchner tentou taxar mais de uma vez e em mandatos diferentes; além disso, das 6 propostas argentinas, apenas 4 foram durante o *boom*, enquanto todas as da Venezuela foram nesse período.

A criação de impostos e aumento de taxas promovidos nos dois últimos governos de Chávez se inserem num contexto de reforma ampla do regime de arrecadação das rendas das *commodities* no país, tendo sido antecipadas por reduções de tributos no setor que indicavam uma reestruturação de priorização da captação via *royalties* sobre outros instrumentos (MOMMER, 2002; HIDALGO; 2007), como o imposto de renda, cuja taxa para o setor é reduzida em 2001⁴⁰. Ainda assim, a causalidade do *boom* é fortalecida pela comparação com o primeiro mandato do Chávez, moderado e pró-mercado em comparação aos mandatos subsequentes e também por análises específicas do caso, como García (2011, p. 240). Isso porque em seu primeiro mandato⁴¹, que antecede a escalada de preços do *boom*, Chávez promoveu reformas tributárias de redução de impostos no setor petrolífero (FOCANTI; HALLERBERG; SCARTASCINI, 2013, p. 41). Ainda que essa reforma se insira no já mencionado esforço de alteração do regime de arrecadação sobre o petróleo, é só partir do seu segundo mandato, mais populista e pró-Estado, que as reformas de aumento de impostos são promovidas (2001, 2004, 2005, 2008, 2011), incluindo um novo aumento do imposto de renda.

A Argentina, por sua vez, também é caracterizada como um caso de alta exposição⁴², mas é o único país dessa categoria que não tem um recurso natural como seu principal

³⁹Além de ser o caso de menor diversificação da pauta exportadora (indicador utilizado para a classificação da variável de exposição aos preços), a Venezuela também representa uma das receitas públicas menos diversificadas, com recursos advindos do petróleo ocupando mais de 50% do total da arrecadação do país entre 1990-2005 (JIMÉNEZ; TROMBEN, 2006, p. 72).

⁴⁰Ver proposta de reforma VEN01 no Anexo 2.

⁴¹The Economist. The Chávez Enigma. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-americas/1999/06/03/the-chavez-enigma>>. Acesso em 15 de julho de 2022

⁴²Vale destacar que a posição da Argentina no indicador utilizado para a categorização da variável da exposição (figura 2) é média, mas a “nota de corte” para a categoria de países de baixa exposição foi a partir do valor média.

produto de exportação⁴³. Diferentemente da maioria dos outros casos, a economia frequentemente aparecia como justificativa para as propostas. Nessa subseção, me atendo às propostas argentinas feitas por governos de esquerda durante o *boom*. As três propostas em questão se referem ao imposto de exportação (IE). Foi o governo de Duhalde (mais especificamente, seu Ministro da Economia, Jorge Remes, sem o apoio do próprio presidente⁴⁴) que reintroduziu esse imposto como uma tentativa de escapar da crise de 2001⁴⁵. A presença da variável crise econômica associada ao fato de que o aumento de preços estava em seu início enfraquece o argumento de que a recriação desse imposto tenha sido motivada pelo *boom*, apesar da coincidência temporal.

Apesar de ter sido proposto como um imposto temporário, o IE foi mantido. Essa manutenção poderia ser associada ao *boom* em função de seu impacto positivo para a saída da crise anterior. A partir daí, diversos aumentos foram propostos ao longo dos anos. Em duas oportunidades, uma em cada um de seus mandatos, Cristina Kirchner propôs o aumento da taxa do imposto de exportação para produtos agrícolas, especialmente para a soja. A limitação da temporalidade não se aplica às propostas de Cristina Kirchner, uma vez que o *boom* já era uma tendência notável durante seus governos. Além disso, a ocorrência de segunda tentativa de aumentar o IE apesar dos fortes protestos e greves que sucederam à primeira reforçam a importância do *timing* dessas propostas. Entretanto, a justificativa oficial para ambas foi a inflação crescente⁴⁶, o que não anula o incentivo do *boom* mas reduz a sua força explicativa.

Duas considerações decorrem desse último apontamento. Primeiro, a codificação dessa variável (que foi focada em crises de grande porte) pode ser considerada limitada pela não consideração de inflação alta. No banco de dados (ver Tabela 1), o governo de Duhalde é o único que é codificado com a ocorrência de crise econômica, com os governos de Cristina não recebendo a mesma codificação. Segundo, a conclusão da seção anterior de que a crise

⁴³Ainda que em 2000 o principal produto de exportação da Argentina foi o petróleo. Desde então, esse lugar é ocupado pela soja, segundo o banco de dados do WITS.

⁴⁴“*In recent days, Mr. Duhalde has said repeatedly that he favors a special one-time tax on those companies that reported windfall profits from the devaluation or during the preceding decade. But Mr. Remes ruled out that approach, which was certain to infuriate foreign investors and creditors, saying that even those companies were now facing hard times.*” The New York Times. Hard-pressed Argentina to tax all exports. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2002/03/05/world/hard-pressed-argentina-to-tax-all-exports.html>>. Acesso em: 25 de abril de 2022

⁴⁵“*Commenting on the policy, minister of the economy Jorge Remes Lenicov remarked, “Clearly, when you take this type of measure, you do not do so with satisfaction, we do it in the face of the crisis which the country is experiencing.”* (DOWD, 2009, p. 11).

⁴⁶The Economist. 2008. The Kirchners v. the farmers. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-americas/2008/03/27/the-kirchners-v-the-farmers>>. Acesso em 16 de julho de 2022.

econômica não atuava como condicionante da taxa  o não se sustenta no caso argentina, o que vai de encontro às conclusões de Mahon (2004). Vale destacar, porém, que a situação da inflação na Argentina durante os mandatos de Cristina era complexa, havendo acusações de alteração de indicadores, o que amenizaria a situa  o⁴⁷.

Partindo para o caso do Equador, que assim como a Venezuela é um exportador de petróleo, tem-se duas propostas de taxa  o, uma com Alfredo Palacio em 2006, vice que assumiu o governo depois da renúncia de Lucio Gutierrez, e uma de Rafael Correa em 2007. Ainda que os casos ocorram em diferentes contextos políticos - Palacio ainda estava inserido na instabilidade política do seu antecessor -, as propostas se aproximam por serem ambas desenhadas visando a capta  o de lucros extraordinários. Das duas, a proposta de Correa é a mais radical, coletar 99% dos lucros extraordinários, o que gerou grande oposição das empresas produtoras⁴⁸ e tornou o processo de aprovação dessa lei longo e custoso - alguns argumentam que o Equador estaria ganhando mais com o marco tributário anterior⁴⁹. Apesar das duas ocorrerem no auge do *boom* e num país altamente exposto a essa volatilidade, os dois governos também se diferenciam pela ocorrência de protestos pedindo compensações pelas consequências sociais das petroleiras no ano anterior (2005) ao da proposta de Palacio⁵⁰. Ainda que as notícias da proposta não necessariamente liguem ela aos protestos, ela foi chamada de oportunisticamente populista⁵¹ e ela está em linha com a promessa feita por Palacio durante as manifestações de revisar os contratos com as petroleiras⁵². Dessa forma, a politiza  o da pauta das *commodities* parece ter sido um incentivo mais forte   proposta de Palacio do que o *boom*.

Por mais que a politiza  o da pauta não seja um fator que se dissipa facilmente - esses protestos e descontentamentos não surgem e somem num estalar de dedos -, o caso da proposta de Correa em seu primeiro mandato, diferentemente de Palacio, pode ser classificado como evidência forte do incentivo do *boom* em função da não-ocorrência de crises e protestos (politiza  o). Os outros incentivos presentes nesse caso são vinculados ao

⁴⁷The Economist. 2011. Just in time. Disponível em: <<https://www.economist.com/americas-view/2011/06/23/just-in-time>>. Acesso em 16 de julho de 2022.

⁴⁸International Tax Review. Repsol sues Ecuador government over oil windfall tax. Disponível em: <<https://www.internationaltaxreview.com/article/b1fbvs8wzpdwjjw/repsol-sues-ecuador-government-over-oil-windfall-tax>>. Acesso em 21 de agosto de 2022.

⁴⁹The Economist. 2010. If it ain't broke. Disponível em: <<https://www.economist.com/americas-view/2010/11/29/if-it-aint-broke>>. Acesso em 22 de julho de 2022

⁵⁰BBC. 2005. Deal ends Ecuadorian oil crisis. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/4186320.stm>>. Acesso em 22 de julho de 2022.

⁵¹

⁵²BBC. 2005. Ecuador to renegotiate oil deals. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/4224906.stm>>. Acesso em 22 de julho de 2022.

tipo de esquerda que ele se filia, o que se fortalece à conclusão de que o incentivo do *boom* à taxação é condicionado à ideologia do governo.

O caso do Peru é uma evidência forte para a importância da variável politização para o resultado das tentativas de taxação e, por consequência, uma evidência fraca para a hipótese do *boom* como incentivo. Isso porque dois dos três casos de proposta (Garcia e Humala) no país se sucederam após conflitos sociais pelos impactos das petroleiras no país. Durante o governo de Garcia, Humala foi agitador da mobilização social em torno da pauta das *commodities*; mas os protestos seguiram em seu governo, cuja mudança de uma orientação pró-Estado durante a campanha para um mandato pró-mercado gerou oposição de sua base de esquerda. Em ambos os casos, a taxação das mineradoras foi proposta durante a campanha dos dois presidentes. A proposta de Humala declaradamente visava a redução dos conflitos sociais⁵³. A proposta de Toledo difere destas por ocorrer na ausência de conflito social em torno do petróleo e na presença de uma crise política, o que fortaleceria a capacidade explicativa do *boom* para o seu caso. Entretanto, não foi possível identificar o ano dessa reforma. Isso impede que eu verifique se a reforma ocorreu antes, durante ou depois da crise política, o que limita a validade dessa evidência.

No Chile, durante o governo Lagos, a proposta de criação de um imposto especial sobre a mineração em 2005 foi uma revisão da proposta de criação de *royalties* rejeitada no ano anterior (2004). Segundo Farfield (2013, p. 103), a proposta de 2005 ocorre num contexto distinto da proposta de 2004, com a opinião pública tendendo a favor da taxação em função de um escândalo sobre a evasão de impostos na mineração chilena. Ainda assim, uma vez que o único incentivo (além da ideologia e do *boom*) presente em ambas as propostas é a alta exposição aos preços, as propostas de Lagos podem ser classificadas como evidência forte para a hipótese do *boom*. O fato que as duas tentativas ocorreram em seguida também reforça que o *timing* das propostas importa e fortalece a hipótese do papel dos preços altos como motivadores.

Essa seção objetivou a avaliação da utilidade dos casos positivos (em que a causa e o resultado esperado estão presentes) para a fortalecimento da hipótese que o *boom* incentiva a taxação das *commodities*. Os estudos de casos desenvolvidos permitiram a classificação dos casos como evidências fracas, intermediárias e fortes. As propostas feitas por Mujica, Duhalde, Palacio, Garcia e Humala são evidências fracas para a hipótese do *boom* apesar de ocorrerem durante esse período. Elas parecem ter sido motivadas por outras razões que não a

⁵³The Economist. 2011. Mining and the Man. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-americas/2011/09/03/mining-and-the-man>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

preocupação em aproveitar as rendas extraordinárias da alta de preço: o desincentivo da concentração de renda (Mujica); a crise de 2001 (Duhalde); o conflito social em torno das *commodities* (Palacio, Garcia e Humala). Destaco também que a proposta de Duhalde ocorre nos primeiros anos de escalada dos preços, a alta de preços dificilmente teria sido identificada como uma tendência que duraria cerca de uma década. Em compensação, a manutenção do IE, que era para um imposto temporário, pode ser associada ao *boom*.

Já as propostas realizadas durante os dois mandatos de Cristina Kirchner são evidências de força intermediária para a hipótese de *boom*. Suas motivações parecem atreladas mais à tentativa de lidar com a inflação do que com o entendimento do *boom* como oportunidade de arrecadação. Ainda assim, o *timing* das propostas, no auge do *boom*, e o fato que ela tentou a taxaço em duas oportunidades, apesar da forte oposição dos produtores, mantém alguma pertinência explicativa desses casos para a hipótese do *boom*.

Por fim, entendo as propostas de taxaço de Chávez na Venezuela e de Correa no Equador como evidências fortes de que o *boom* é capaz de incentivar a taxaço das *commodities*. Venezuela e Equador são os países mais expostos à volatilidade de preços das *commodities* da amostra, o que reforça a importância das *commodities* nas contas públicas e o incentivo a sua captação. A proposta de Toledo é uma potencial evidência forte, mas a sua avaliação depende de informações mais completas sobre o governo.

Por fim, destaco que os casos entendidos como evidências intermediárias e fortes se tratam de governos populistas e de orientação pró-Estado. Entretanto, ainda que os governos de Cristina, Chávez e Correa tenham recebido a mesma codificação (populista), os três governantes não estavam sujeitos aos freios e contrapesos das instituições democráticas da mesma forma; enquanto Chávez, cujo governo pode ser classificado como autoritário, conseguiu passar seis reformas de taxaço do setor, tanto Correa quanto Cristina sofreram forte oposição do setor e tiveram dificuldades de aprovar suas propostas (a proposta de Correa teve que ser adaptada e as de Cristina foram revogadas).

3.2.2 Considerações sobre os governos de esquerda que não tentaram taxar durante o *boom*

Os resultados preliminares da análise das variáveis na seção 3.1 apontam para um incentivo da taxaço de *commodities* quando governos de esquerda ocorrem durante o *boom*. Nesta seção, debato os casos em que esses incentivos estão presentes mas não ocorrem propostas de taxaço do setor. São eles: o primeiro (Jan-2003 a Jan-2007) e o segundo

(Jan-2007 a Jan-2011) mandato de Lula, no Brasil; o primeiro mandato de Michelle Bachelet (Mar-2006 a Mar-2010) no Chile; o governo de Lucio Gutiérrez (Jan-2003 a Abr-2005) e o segundo mandato de Rafael Correa (Ago-2009 a Mai-2013) no Equador; o primeiro mandato de Tabaré Vázquez (Mar-2005 a Mar-2010) no Uruguai; e o governo de Néstor Kirchner (Mai-2003 a Dez-2007) na Argentina. Aqui, diferentemente da subseção anterior cujos estudos de casos e análise dos incentivos podiam se embasar nas fontes sobre as próprias reformas, os estudos de casos se limitam a um exercício de identificação dos potenciais desincentivos à taxaço de *commodities* olhando para características dos governos, características dos países e o uso de outros instrumentos de arrecadação. A Tabela 3 apresenta a codificação desses casos.

Tabela 3 - Governos de esquerda que não tentaram taxar as *commodities* durante o *boom*

País	Governo	Esquerda	Estado	Populista	CP	CE	Exp.	Politz.	Boom
Argentina	Kirchner	1	1	1	0	0	1	0	1
Brasil	Lula 1	1	0	0	0	0	0	0	1
Brasil	Lula 2	1	0	0	0	0	0	0	1
Chile	Bachelet 1	1	0	0	0	0	1	0	1
Equador	Gutiérrez	1	0	0	1	0	1	1	1
Equador	Correa 2	1	1	1	0	0	1	1	1
Uruguai	Vázquez 1	1	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: Elaboração própria.

Começando pelo Brasil, um primeiro fator de potencial desincentivo à taxaço é a diferença no nível de dependência das *commodities*, pois a importância da alta de preços varia com o grau de exposição a essa volatilidade. Como já mencionado, tanto o Brasil quanto o México, classificados como casos de baixa exposição, são os únicos países onde não houve nenhuma proposta de taxaço do *boom*. O outro país com baixa exposição é o Uruguai, cujo único caso de proposta de taxaço foi considerado uma evidência fraca da relação para a hipótese do *boom*. Assim, para Lula e Tabaré Vázquez, o *boom* não representou a mesma oportunidade que foi para governantes em países altamente expostos, o que reduziria o incentivo desses governos de tentarem taxar.

Um segundo fator é específico das reformas tributárias no Brasil: elas são matéria constitucional. Dessa forma, qualquer proposta é muito mais complexa e difícil de ser feita. Até casos estaduais de taxaço das *commodities* foram revogados por serem considerados

inconstitucionais⁵⁴ e o único caso brasileiro incluído no banco de dados dessa dissertação ocorreu porque um imposto que afetava a agricultura também foi considerado inconstitucional, o que levou ao pagamento de compensações aos agricultores durante o governo Temer⁵⁵.

Esses dois pontos não querem dizer que o *boom* não importou para o Brasil; especialmente no marco da descoberta de petróleo no pré-sal, o governo Lula criou um fundo de investimento social para direcionar as rendas do petróleo recém descoberto. Como ressaltei no capítulo 3, essa é uma estratégia intermediária de alocação das rendas das *commodities* que visa seu uso mais eficiente. O mesmo ocorreu no governo de Bachelet no Chile. Apesar de não ter taxado as *commodities* durante o *boom*, ela também criou um fundo de estabilização com as rendas do cobre. Tal postura é coerente com o histórico de políticas anticíclicas promovidas pelos governos do Chile.

Diferentemente do Brasil, do Uruguai e do Chile, o Equador é um caso de alta exposição em que governos de esquerda tentaram taxar o *boom*, ainda que a proposta de Palacio foi considerada uma evidência fraca na subseção anterior. No caso do governo de Lúcio Gutierrez, pode-se argumentar que o incentivo para taxação era baixo por dois motivos: primeiro, pela questão da temporalidade já mencionada no caso de Duhalde, porque a alta de preços ainda era muito recente; e, segundo, e principalmente, pela crise de sobrevivência que seu governo passou que levou a sua saída do cargo. Como disposto no modelo da subseção de 3.3.4, eu proponho que crises políticas são desincentivos à taxação porque além de sua resolução tomar a frente das prioridades do governante, as chances de oposição à qualquer reforma mais ambiciosa seriam altas pela baixa legitimidade de um governo em crise.

Já, o segundo mandato de Correa aparece nessa categoria pela decisão de considerar como casos os mandatos de cada governante, ao invés de toda sua gestão, uma vez que alguns presidentes que se reelegeram fizeram propostas em cada um dos mandatos. Porém, Correa já havia proposto a taxação de *commodities* em seu primeiro mandato e esse processo foi consideravelmente desgastante, como apresentado na subseção anterior. O processo durou praticamente todo seu mandato e o acordo ficou aquém das expectativas do governo. Esse histórico de tentativa de taxação prévia pode ter sido um desincentivo a outras propostas. Novamente, é possível comparar o quadro de Correa ao de Cristina na Argentina que é

⁵⁴Tentativa de reversão da Lei Kandir no Rio de Janeiro e proposta de criação de imposto de exportação no Mato Grosso.

⁵⁵Ver proposta BRA17 no Anexo 2.

similar; sua tentativa de aumentar o IE sobre produtos agrícolas enfrentou forte oposição e também representou uma instância de desgaste político. Diferentemente de Correa, Cristina tentou aumentar o IE também no seu segundo mandato. Mas os casos diferem pelo tipo de proposta: enquanto Correa tentou criar um novo *windfall tax* (imposto sobre lucros extraordinários), Cristina tentou mexer no percentual de um imposto já existente (o IE) e que desde sua criação foi frequentemente alterado de acordo com as demandas do governo, o que torna essa uma proposta relativamente mais fácil de ser alcançada.

Diferentemente da sua companheira, Nestor Kirchner não tentou alterar o percentual do IE quando governou durante o *boom*. A proposta não ocorreu mesmo que ele tenha governado num quadro relativamente parecido ao de Cristina: ambos eram governos de orientação pró-Estado, considerados populistas e que lidavam com a inflação. Da comparação dos dois governos, levanto duas possíveis razões para Cristina ter tentado taxar e Nestor não.. A primeira é que Nestor governou durante a primeira parte do *boom* e seu potencial pode só ter ficado nítido no final do seu governo e, como propõe O'Donnell (1994, p. 66), a capacidade propositiva de um governo cai ao longo do mandato - a primeira proposta de Cristina foi no início de seu primeiro mandato. Como estava tentando eleger Cristina, também poderia ser arriscado propor uma reforma que poderia levar a oposição - como levou nas tentativas de Cristina logo em seguida. Uma segunda explicação potencial é que o problema da inflação que motivou as propostas da Cristina ainda não era tão grave a ponto de incentivar a taxaço das *commodities*.

Em síntese, os casos de Lula e de Tabaré Vázquez ressaltam que a ideologia não é um incentivo suficiente ao aproveitamento da oportunidade do *boom* em economias menos expostas. Além disso, tanto o caso de Lula quanto o de Bachelet destacam a possibilidade da criação de fundos de reserva como estratégia do uso mais eficiente das rendas sem precisar recorrer a uma proposta de taxaço potencialmente custosa politicamente. No Equador, o caso de Gutiérrez reforça o papel de crises políticas de desincentivo à taxaço das *commodities*, ao menos em governos mais sujeitos ao peso das instituições (as propostas de Chávez na Venezuela ocorreram em meio à crises políticas). Já o caso de Correa resalta como propostas politicamente custosas podem desmotivar novas tentativas. O caso de Néstor Kirchner resalta que a fase da escalada de preços que cada governo também pode ser uma condicionante, um elemento já ressaltado em outros casos.

3.2.3 Considerações sobre casos atípicos: governos de direita que tentaram taxar as *commodities* e governos de esquerda que tentaram taxar o setor fora do *boom*

O enfoque desta subseção é nos casos que divergem das tendências identificadas na análise das variáveis, isto é, da importância do boom e da ideologia de governo para os resultados da taxaço de *commodities*. Dois governos de esquerda tentaram taxar as *commodities* fora do *boom*: Pedro Castillo (Jul-2021 até o presente) no Peru e Alberto Fernández (Dez-2019 até o presente) na Argentina. Dois governos de direita que tentaram taxar esse setor: o primeiro mandato de Santos (Ago-2010 a Ago-2014) durante o *boom* e Mauricio Macri (Dez-2015 a Dez-2019) fora do *boom*. As características dos casos estão dispostas na Tabela 4.

Tabela 4 - Casos atípicos de proposta de taxaço das *commodities*

País	Governo	Esquerda	Estado	Populista	CP	CE	Exp.	Politz.	Boom
Argentina	Macri	0	0	0	0	1	1	0	0
Argentina	Fernández	1	1	0	0	1	1	0	0
Colômbia	Santos 1	0	0	0	0	0	1	0	1
Peru	Castillo	1	1	0	1	0	1	1	0

Fonte: Elaboração própria.

Algumas considerações podem ser feitas sobre esses casos, em linha com as conclusões feitas pela análise dos casos positivos e negativos nas subseções anteriores. As propostas de taxaço de Macri (2018) e Fernández (2019 e 2020), assim como as demais propostas analisadas, se referem ao imposto de exportação. Uma vez que o *boom* não está presente em nenhuma dos casos, não há indícios para essa relação. Ademais, a ocorrência reiterada de aumentos no IE (seis tentativas entre 2000 e 2021) de forma relativamente desvinculada da ocorrência ou não da alta de preços (3 tentativas ocorreram durante o *boom*, sendo 1 delas considerada uma evidência fraca, e 3 ocorreram fora dele) reduzem a pertinência de todos os casos argentinos para a avaliação da hipótese do *boom*. Ambas ocorrem em um contexto de crise econômica, o que reforça as conclusões das propostas de Cristina de que a crise econômica é uma explicação mais forte do que o *boom* para as propostas aqui analisadas. Esse argumento é fortalecido quando se considera o fato que Macri, que é de direita, se elegeu prometendo a redução desse imposto, que ele cumpriu em 2017⁵⁶, e mesmo assim, ele apelou para o aumento desse imposto em 2019 quando deparado com uma crise econômica. Com isso, a ocorrência da proposta de taxaço das *commodities*

⁵⁶Ver proposta ARG17 no Anexo 2.

em um governo de direita (Macri) não fortalece a hipótese do *boom* (como proposto no modelo).

Outro caso de taxação por governo de direita é o Juan Manuel Santos na Colômbia em 2011. Em seu primeiro mandato, ele criou um imposto de exportação adicional sobre hidrocarbonetos e mineração. Diferentemente do caso de Macri, esse caso pode ser lido como uma evidência do efeito isolado do *boom*, uma vez que a proposta ocorre na ausência de qualquer outro incentivo. Todavia, poucas informações sobre encontradas sobre essa proposta, o que dificulta a avaliação da força dessa evidência.

Por fim, a proposta de Castillo no Peru segue as mesmas tendências dos outros casos de taxação no país, uma vez que ocorre explicitamente motivada pelos conflitos sociais em torno das *commodities*. Esse caso é evidência de que no Peru as dinâmicas sociais das *commodities* (politização) são incentivos mais fortes à taxação do que as dinâmicas econômicas (alta de preços). Além disso, já que a crise política é alimentada pelas demandas sociais em torno do setor das *commodities* dada a magnitude dos protestos, é possível inferir que essa combinação anula o papel de desincentivo da crise política, proposto no modelo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo avaliar a capacidade explicativa do *boom* como incentivo à propostas de taxaço do setor das *commodities* na América Latina. Respondendo ao problema sobre qual a relação entre o *boom* de preços das *commodities* e as propostas de taxaço desse setor, foram encontradas evidências fortes para a hipótese de que períodos de alta de preços incentivam propostas de taxaço das *commodities* na América Latina. Entretanto, a partir de uma comparação com outros incentivos à taxaço, identifiquei que o incentivo promovido pelo *boom* é condicionado a duas outras variáveis: a ideologia do governo e a exposição aos preços das *commodities*. Dessa forma, a hipótese inicial pode ser alterada para a seguinte conclusão: **períodos de alta de preços incentivam propostas de taxaço das *commodities* na América Latina quando coincidem com governos de esquerda em países altamente expostos à volatilidade de preços.** Os estudos de casos desenvolvidos também apontam para uma importância relativa do tipo de esquerda para o resultado da taxaço. As propostas feitas por Chávez na Venezuela e Correa no Equador foram classificadas como evidências fortes para essa causalidade. Ainda assim, a classificação das propostas feitas por Lagos (de orientação pró-mercado e moderado) no Chile apontam que as diferenças entre o tipo de esquerda não são determinantes. A identificação do *boom* e da exposição como incentivos também fundamenta o argumento de que a taxaço de *commodities* está sujeita a incentivos específicos à dinâmica desses produtos.

Algumas considerações sobre países podem ser traçadas. A não-ocorrência de proposta de taxaço no Brasil e no México e a avaliação do único caso de taxaço no Uruguai como evidência fraca para a hipótese do *boom* reforçam a importância da alta exposição à dinâmica de preços das *commodities* como condicionante da taxaço nesse setor. Na Argentina, os estudos de caso apontaram para a inflação e a crise econômica como incentivos mais fortes aos frequentes aumentos no imposto de exportação do que o *boom*. Por sua vez, no Peru, o conflito social em torno da temática das *commodities* (politização da pauta) parece ser um incentivo mais forte à taxaço do setor do que o *boom*.

Da análise do caso, foi possível identificar uma dimensão dessa dinâmica que não foi trabalhada na dissertação. A consideração das conclusões de Campello (2015) sobre o papel da alta das *commodities* para proposição de políticas econômicas heterodoxas e da ocorrência dessas reformas principalmente na Venezuela e no Equador e, secundariamente, na Argentina, no auge do *boom* tem duas consequências para o *puzzle* dessa pesquisa. Ela aponta

que nesses casos houve uma redução da força dos constrangimentos da disciplina de mercado para esses países, o que possibilitou um desvio da agenda preferida por investidores. Na Venezuela e no Equador, a bonança fiscal promovida pelo *boom* reduziu a demanda por capital estrangeiro, enquanto na Argentina, a moratória da dívida ampliou espaço de manobra dos Kirchner frente aos investidores.

Se considerarmos a taxação das *commodities* como uma política heterodoxa, é possível propor que um potencial mecanismo causal entre o *boom* e a taxação desse setor é a redução da força da disciplina de mercado que a alta dos preços promove. Não é possível avaliar essa proposta aqui, mas as evidências levantadas por essa dissertação podem embasar essa discussão. Além disso, o estudo do caso da Bolívia poderia fortalecer essas conclusões, uma vez que o país também contou com diversas propostas de taxação das *commodities*, por exemplo, o imposto direto sobre hidrocarbonetos e seus derivados. Isso porque a Bolívia não é totalmente integrada ao mercado financeiro, dessa forma, não está sujeita aos seus constrangimentos como estão àqueles países integrados (que foram os países selecionados para análise em função da categoria *low-saving commodity-exporting*).

Como limitações da pesquisa, destaco a opção pela classificação das variáveis de forma binária e assimetria nas informações disponíveis sobre as reformas, que impossibilitou a avaliação da pertinência de alguns casos. A não consideração de algumas potenciais relações endógenas entre as variáveis também é uma limitação. O impacto da variação de preços internacionais das *commodities* pode ser associado à ocorrência ou não de crises econômicas, a ampliação da dependência (exposição) dos países e ao sucesso eleitoral das esquerdas na América Latina. Entendo a consideração dessa limitação como um caminho de pesquisa futura pela possibilidade de desenvolvimento de um modelo que trate o *boom* como condição antecedente de outros incentivos à taxação como a ideologia do governo e que, assim, poderia testar o impacto do *boom* como um mitigador de constrangimentos do mercado financeiro também para políticas heterodoxas específicas do setor.

Entendo que, apesar das limitações, a presente pesquisa contribuiu em duas frentes. Primeiro, pela construção de um banco de dados que pode ser utilizado para outros testes. E, segundo, pela discussão do papel da oportunidade no *policy-making* de um setor que se demonstrou um importante ativo político para os recentes governos de esquerda latino-americanos quando o setor estava em alta e um obstáculo quando em baixa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA SENADO. **Lei Kandir** (sem data). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-kandir>. Acesso em 29 de janeiro de 2021.
- AUTY, Richard. **Sustaining development in mineral economies: the resource curse thesis**. Routledge, 1993.
- BARMA, Naazneen; KAISER, Kai; LE, Tuan Minh (Ed.). **Rents to riches?: The political economy of natural resource-led development**. World Bank Publications, 2012.
- BEBLAWI, Hazem; LUCIANI, Giacomo (Ed.). **The rentier state**. Routledge, 2015.
- BRAUMOELLER, Bear F.; SARTORI, Anne E. Empirical-Quantitative Approaches to the Study of International Relations. In: SPRINZ, Detlef F.; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael (eds). **Models, Numbers and Cases: International Relations Research Methods**. University of Michigan Press, 2004.
- BRÄUTIGAM, Deborah. Introduction: taxation and State Building in Developing Countries. In: BRÄUTIGAM, Deborah; FJELDSTAD, Odd-Helge; MOORE, Mick. **Taxation and State Building in Developing Countries**. Cambridge University Press, 2008
- CAMPELLO, Daniela. **The Politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CAMPELLO, Daniela; ZUCCO, Cesar. **The Volatility Curse: Exogenous Shocks and Representation in Resource-Rich Democracies**. Cambridge University Press, 2020.
- CÁRDENAS, Mauricio; RAMÍREZ, Santiago; TUZEMEN, Didem. **Commodity dependence and fiscal capacity**. Washington DC, Brooking Institution, Latin American Initiative, 2011. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2011/0401_commodity_fiscal_cardenas/0401_commodity_dependence_cardenas.
- CEPIK, Marco; RODRIGUEZ, Julio C. América Latina en tiempos de pandemia: desafíos estratégicos. **Pensamiento Propio**, Volume 52, p.83-108, 2020.
- CYPHER, James Martín. South America's Commodities Boom: Developmental Opportunity or Path Dependent Reversion? *Canadian Journal of Development Studies*, 30, nos. 3–4, 2010: 565–638.
- ERTEN, Bilge; OCAMPO, Jose Antonio. Super Cycles of Commodity Prices Since the Mid-Nineteenth Century. **World Development**, vol. 44, issue C, 2013,14-30.
- FARFIELD, Tasha. **Private wealth and public revenue in Latin America: business power and tax politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI). La montaña rusa de los precios de las materias primas Un marco fiscal para tiempos inciertos. **Monitor Fiscal**, Octubre de 2015.
- HOCHSTETLER, Kathryn. Rethinking Presidentialism: Challenges and Presidential Falls in South America. **Comparative Politics**, Vol. 38, No. 4 (Jul., 2006), pp. 401-418. <http://www.jstor.org/stable/20434009>.

- KARL, Terry Lynn. **The paradox of plenty**. University of California Press, 1997.
- LEVI, Margaret. **Of rule and revenue**. University of California Press, 1989.
- LEVITSKY, Steven; MURILLO, María Victoria. Lessons from Latin America: building institutions on weak foundations. **Journal of Democracy**, v. 24, n. 2, p. 93-107, 2013.
- LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. **Journal of democracy**, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990.
- MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew S. Juan Linz, presidentialism, and democracy: a critical appraisal. **Comparative Politics**, p. 449-471, 1997.
- MALAMUD, Andrés. Fragmentação e Divergência na América Latina. **Relações Internacionais**, 2009, 24, 61-73.
- MARSTEINTREDET, Leiv; MALAMUD, Andrés. Coup with adjectives: conceptual stretching or innovation in comparative research?. **Political Studies**, v. 68, n. 4, p. 1014-1035, 2020.
- O'DONELL, Guillermo A. Delegative democracy. **Journal of democracy**, v. 5, n. 1, p. 55-69, 1994.
- PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.
- PRICHARD, Wilson. Reassessing Tax and Development Research: A New Dataset, New Findings, and Lessons for Research. **World Development**, Volume 80, April 2016, Pages 48-60. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.017>.
- PRZEWORKSI, Adam. Latin American Political Regimes in Comparative Perspective. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR, Deborah J. (eds) **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York: Routledge, 2012.
- REIS, Alexandre. SANTIN, Maria Fernanda Cavaliere de Lima. A teoria da renda da terra ricardiana: um marco unificador entre as economias da poluição e dos recursos naturais. In: **Revista Perspectiva Econômica**; v.3, n. 2: 65 - 81, jul./dez. 2007.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p. (Série Os Economistas).
- SANTISO, Javier; DAYTON-JOHNSON, Jeff. Introduction. In: SANTISO, Javier; DAYTON-JOHNSON, Jeff (Ed.). **The Oxford handbook of Latin American political economy**. Oxford University Press, 2012.
- WEYLAND, Kurt. The Rise of Latin America's Two Lefts: Insights from Rentier State Theory. **Comparative Politics**, vol. 41, no. 2, 2009, pp. 145–164. DOI: www.jstor.org/stable/40599207.
- MAHON JR, James E. Causes of tax reform in Latin America, 1977-95. **Latin American research review**, p. 3-30, 2004.
- Fairfield, Tasha (2013) Going where the money is: strategies for taxing economic elites in unequal democracies. **World Development**, 47. pp. 42-57. ISSN 0305-750X. DOI: 10.1016/j.worlddev.2013.02.011.

TANZI, Vitor. "Tax systems and tax reforms in Latin America". In: BERNARDI, Luigi; BARREIX, Alberto; MARENZI, Anna; PROFETA, Paola (eds.). **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. London and New York: Routledge, 2008.

GERRING, John. **Case Study Research: Principles and Practices**. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SOUZA, Saulos Santos de. The Political Economy of Tax Reform in Latin America: A Critical Review. **Woodrow Wilson Center Update on the Americas**. February 2013.

JIMÉNEZ, Juan Pablo; TROMBEN, Varinia Tromben. Fiscal policy and the commodities boom: the impact of higher prices for non-renewables in Latin America and the Caribbean. **Cepal Review**, 90. December, 2006.

HART, Austin. Death of the Partisan? Globalization and Taxation in South America, 1990—2006. **Comparative Political Studies**, v. 43, n. 3, p. 304-328, 2010.

BERNARDI, Luigi; BARREIX, Alberto; MARENZI, Anna; PROFETA, Paola, "Preface". In: BERNARDI, Luigi; BARREIX, Alberto; MARENZI, Anna; PROFETA, Paola (eds.). **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. London and New York: Routledge, 2008.

SABAINI, Juan Carlos Gómez Sabaini; MARTNER, Ricardo. "1. Taxation structure and main tax policy issues". In: BERNARDI, Luigi; BARREIX, Alberto; MARENZI, Anna; PROFETA, Paola (eds.). **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. London and New York: Routledge, 2008.

PROFETA, Paola; SCABROSETTI, Simona. Political economy issues of taxation. In: BERNARDI, Luigi; BARREIX, Alberto; MARENZI, Anna; PROFETA, Paola (eds.). **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. London and New York: Routledge, 2008.

BUCHANAN, James M. Tax Reform as Political Choice. **Economic Perspectives— Volume 1, Number 1— Summer 1987 — Pages 29–35**.

HA, Eunyoung; ROGERS, Melissa. What's Left to Tax? Partisan Reallocation of Trade Taxation in Less Developed Countries. **Political Research Quarterly**, SEPTEMBER 2017, Vol. 70, No. 3 (SEPTEMBER 2017), pp. 495-508

JONES, Mark P. Presidentialism and Legislatures. In: KINGSTONE, Peter; YASHAR, Deborah J. (eds) **Routledge Handbook of Latin American Politics**. New York: Routledge, 2012

GUIMARAES, Feliciano de Sa; TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia. From middle powers to entrepreneurial powers in world politics: Brazil's successes and failures in international crises. **Latin American Politics and Society**, v. 59, n. 4, p. 26-46, 2017.

PORTA, Donatella della. Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research. In: PORTA, Donatella della; KEATING, Michael (eds). **Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RAGIN, Charles C. **The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Univ of California Press, 2014.

SCHMITTER, Philippe C. The nature and future of comparative politics. **European Political Science Review**, v. 1, n. 1, p. 33-61, 2009.

FOCANTI, Diego; HALLERBERG, Mark; SCARTASCINI, Carlos. Tax reforms in Latin America in an era of democracy. **Latin American Research Review**, p. 132-158, 2016.

FERNANDES, Andressa Guimarães Torquatto. **Royalties do petróleo e orçamento público: uma nova teoria**. Editora Blucher, 2016.

COLLIER, David; LAPORTE, Jody; SEAWRIGHT, Jason. Putting typologies to work: Concept formation, measurement, and analytic rigor. **Political research quarterly**, v. 65, n. 1, p. 217-232, 2012.

MAHON, J. Tax Reform and its Determinants in Latin America, 1974-94: Implications for Theories of State Development. **Latin America Studies Association**, Guadalajara, Mexico, v. 17, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Unesp, 2001.

BOIX, Carles. **Political parties, growth and equality: Conservative and social democratic economic strategies in the world economy**. Cambridge University Press, 1998.

WIESEHOMMEIER, Nina. **The meaning of left-right in Latin America: A comparative view**. Working paper N° 370. Notre Dame: Helen Kellog Institute. 2010.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael; VIEIRA, Soraia. Manifestos e ideologia: questões metodológicas e aplicações na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

KAUFMAN, Robert R.; STALLINGS, Barbara. The political economy of Latin American populism. In: **The macroeconomics of populism in Latin America**. University of Chicago Press, 1991. p. 15-43.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. (Ed.). **The resurgence of the Latin American left**. JHU Press, 2011.

WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl L.; HUNTER, Wendy (Ed.). **Leftist governments in Latin America: Successes and shortcomings**. Cambridge University Press, 2010.

RIUS, Andrés. The Uruguayan tax reform of 2006: Why didn't it fail?. **Progressive tax reform in Latin America**, p. 64-100, 2015.

HIDALGO, Manuel. A Petro-State: Oil, Politics and Democracy in Venezuela. **Elcano Newsletter**, n. 39, p. 19, 2007.

Mommer, B. (2002), 'Venezuela: un nuevo marco legal e institucional petrolero', **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, 8 (2).

DOWD, William N. Export taxation: the case of Argentina. 2009. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.894.8971&rep=rep1&type=pdf>.

ANEXOS

ANEXO 1 - Banco de dados sobre os governos latino-americanos entre 2000 e 2021

BANCO DE DADOS DOS GOVERNOS (2000-2021)

País	Governo	Esquerda	Estado	Populista	CP	CE	Exp.	Politz.	Boom	Proposta
Argentina	de la Rúa	1	0	0	1	1	1	0	0	0
Argentina	Duhalde	1	0	0	0	1	1	0	1	1
Argentina	Kirchner	1	1	1	0	0	1	0	1	0
Argentina	Cristina 1	1	1	1	0	0	1	0	1	1
Argentina	Cristina 2	1	1	1	0	0	1	0	1	1
Argentina	Macri	0	0	0	0	1	1	0	0	1
Argentina	Fernández	1	1	0	0	1	1	0	0	1
Brasil	FHC	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	Lula 1	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Brasil	Lula 2	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Brasil	Dilma 1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	Dilma 2	1	0	0	1	1	0	0	0	0
Brasil	Temer	0	0	0	1	1	0	0	1	0
Brasil	Bolsonaro	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Chile	Lagos	1	0	0	0	0	1	0	1	1
Chile	Bachelet 1	1	0	0	0	0	1	0	1	0
Chile	Piñera 1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Chile	Bachelet 2	1	0	0	0	0	1	0	1	0
Chile	Piñera 2	0	0	0	1	0	1	0	1	0
Colômbia	Pastrana	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Colômbia	Uribe 1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Colômbia	Uribe 2	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Colômbia	Santos 1	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Colômbia	Santos 2	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Colômbia	Duque	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Equador	Noboa	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Equador	Gutiérrez	1	0	0	1	0	1	1	1	0
Equador	Palacio	1	0	0	1	0	1	1	1	1
Equador	Correa 1	1	1	1	0	0	1	0	1	1
Equador	Correa 2	1	1	1	0	0	1	1	1	0
Equador	Correa 3	1	1	1	0	1	1	0	0	0
Equador	Moreno	1	0	0	1	0	1	0	0	0

Equador	Lasso	0	0	0	0	0	1	0	0	0
México	Fox	0	0	0	0	0	0	0	1	0
México	Calderón	0	0	0	0	0	0	0	1	0
México	Peña Nieto	0	0	0	0	0	0	0	0	0
México	AMLO	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Peru	Toledo	1	0	0	1	0	1	0	1	1
Peru	Garcia	1	0	0	0	0	1	1	1	1
Peru	Humala	1	0	0	0	0	1	1	1	1
Peru	Kuczynski	0	0	0	1	0	1	1	1	0
Peru	Vizcarra	0	0	0	1	0	1	1	0	0
Peru	Castillo	1	1	0	1	0	1	1	0	1
Uruguai	Batlle	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Uruguai	Vázquez 1	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Uruguai	Mujica	1	0	0	0	0	0	0	1	1
Uruguai	Vázquez 2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Uruguai	Lacalle Pou	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Venezuela	Chávez 1	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Venezuela	Chávez 2	1	1	1	1	0	1	0	1	1
Venezuela	Chávez 3	1	1	1	1	0	1	0	1	1
Venezuela	Maduro 1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Venezuela	Maduro 2	1	1	1	1	1	1	0	0	0

Fonte: Elaboração própria.

ARGENTINA

1. <https://www.economist.com/the-americas/2000/02/17/de-la-ruas-surprise-for-argentina> Acesso em 5 de julho de 2022.
2. <https://www.economist.com/the-americas/2002/01/03/between-the-creditors-and-the-streets> Acesso em 5 de julho de 2022.
3. <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/10/11/bribery-scandal-singes-argentine-anti-graft-crusader/6e32f5a2-9e4d-497d-8011-3b4a249cf6ca/>. Acesso em 5 de julho de 2022
4. <https://www.haaretz.com/2002-01-02/ty-article/eduardo-duhalde-third-argentine-president-in-a-month/0000017f-e104-d9aa-afff-f95cd8b00000> Acesso em 05 de julho de 2022.
5. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/1738497.stm>. Acesso em 15 de julho de 2022.

6. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1738175.stm>. Acesso em 15 de julho de 2022.
7. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1739771.stm>. Acesso em 15 de julho de 2022.
8. <https://www.economist.com/the-americas/2002/03/28/waiting-for-the-imf-to-tango>. Acesso em 15 de julho de 2022.
9. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-35060390>. Acesso em 10 de julho de 2022.
10. <https://www.economist.com/news/2003/05/26/a-new-start> Acesso em 7 de julho de 2022.
11. <https://www.economist.com/leaders/2010/10/28/the-passing-of-kirchnerismo> Acesso em 7 de julho de 2022
12. <https://www.economist.com/briefing/2010/02/25/socialism-for-foes-capitalism-for-friends>. Acesso em 7 de julho de 2022.
13. <https://www.economist.com/the-americas/2007/07/05/mrs-kirchner-steps-forward> Acesso em 7 de julho de 2022
14. <https://www.economist.com/the-americas/2005/10/27/after-kirchners-victory>. Acesso em 16 de julho de 2022.
15. <https://www.economist.com/americas-view/2010/10/27/back-to-a-vacuum>. Acesso em 16 de julho de 2022.
16. <https://www.economist.com/the-americas/2007/01/11/family-matters>. Acesso em 16 de julho de 2022.
17. <https://www.economist.com/news/2007/07/03/from-first-lady-to-president> Acesso em 16 de julho de 2022
18. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-35060390>. Acesso em 10 de julho de 2022.
19. <https://www.economist.com/americas-view/2011/06/23/just-in-time>. Acesso em 16 de julho de 2022.
20. <https://www.economist.com/the-americas/2008/03/27/the-kirchners-v-the-farmers>. Acesso em 16 de julho de 2022.
21. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-19989297>. Acesso em 16 de julho de 2022.
22. <https://www.economist.com/the-americas/2011/12/17/cristina-prepares-to-defy-gravity>. Acesso em 16 de julho de 2022.
23. <https://www.economist.com/leaders/2013/11/02/cristinas-come-uppance> Acesso em 7 de julho de 2022.

24. <https://www.economist.com/the-americas/2014/11/20/cristinas-long-farewell> Acesso em 7 de julho de 2022.
25. <https://www.dw.com/en/alberto-fernandez-wins-argentine-presidential-election/a-51011631> Acesso em 8 de julho de 2022.
26. <https://www.economist.com/the-americas/2019/05/18/cristina-fernandez-de-kirchner-treatens-to-upend-argentina-again>. Acesso em 16 de julho de 2022.
27. <https://www.economist.com/the-americas/2012/04/21/fill-er-up>. Acesso em 16 de julho de 2022.
28. <https://www.theguardian.com/world/2015/feb/20/cristina-fernandez-de-kirchner-argentina-president-political-turmoil>. Acesso em 16 de julho de 2022.
29. <https://www.economist.com/graphic-detail/2015/11/23/2015-argentine-presidential-election-second-round-result> Acesso em 7 de julho de 2022.
30. <https://www.economist.com/the-americas/2019/12/10/alberto-fernandez-argentinas-new-president-faces-economic-crisis> Acesso em 07 de julho de 2022.
31. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-50203727> Acesso em 8 de julho de 2022
32. <https://www.economist.com/the-americas/2019/08/12/a-stunning-reversal-for-argentin-as-president-mauricio-macri> Acesso em 16 de julho de 2022
33. <https://www.economist.com/the-americas/2015/10/29/macri-economics>. Acesso em 16 de julho de 2022
34. <https://www.economist.com/the-americas/2015/11/26/the-end-of-populism>. Acesso em 16 de julho de 2022
35. <https://www.economist.com/the-americas/2021/11/18/will-electoral-defeat-favour-moderation-in-argentina> Acesso em 7 de julho de 2022
36. <https://www.economist.com/the-americas/2019/12/10/alberto-fernandez-argentin-as-new-president-faces-economic-crisis>. Acesso em 07 de julho de 2022.
37. <https://www.economist.com/the-americas/2020/12/03/argentin-as-president-without-a-plan> Acesso em 07 de julho de 2022
38. <https://www.bbc.com/news/av/world-latin-america-50210031>. Acesso em 8 de julho de 2022.
39. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-50203727>. Acesso em 8 de julho de 2022.
40. <https://www.reuters.com/article/us-argentina-election-results-fernandez-idUSKBN1X7019> Acesso em 8 de julho de 2022

41. <https://www.economist.com/the-americas/2021/09/16/argentine-voters-deal-a-blow-to-the-ruling-peronist-coalition> Acesso em 16 de julho de 2022
42. <https://www.economist.com/the-americas/2022/02/05/argentinas-peronists-squabble-over-an-agreement-with-the-imf>. Acesso em 16 de julho de 2022.
43. <https://www.economist.com/the-americas/2022/07/07/argentinas-economy-minister-re-signs-because-of-political-infighting>. Acesso em 16 de julho de 2022.

BRASIL

1. <https://www.economist.com/briefing/2018/09/20/a-scary-election-in-brazil> Acesso em 8 de julho de 2022
2. <https://www.economist.com/the-americas/1999/08/26/brazils-unsteady-recovery>. Acesso em 8 de julho de 2022.
3. <https://www.economist.com/finance-and-economics/1999/11/11/market-friendly>. Acesso em 17 de julho de 2022.
4. <https://www.economist.com/the-americas/2002/09/19/lula-scents-victory-at-last>. Acesso em 17 de julho de 2022.
5. <https://www.economist.com/the-americas/2001/03/01/brazil-loses-a-political-kingpin>. Acesso em 17 de julho de 2022.
6. <https://www.economist.com/the-americas/2001/05/10/cracks-open-up-beneath-cardos-o>. Acesso em 17 de julho de 2022.
7. <https://www.economist.com/leaders/2002/10/03/the-meaning-of-lula>. Acesso em 17 de julho de 2022.
8. <https://www.economist.com/special-report/2002/10/03/can-lula-finish-the-job>. Acesso em 17 de julho de 2022.
9. <https://www.economist.com/the-americas/2002/05/16/whos-afraid-of-lula>. Acesso em 17 de julho de 2022.
10. <https://www.economist.com/the-americas/2005/06/02/lulas-mid-term-blues>. Acesso em 17 de julho de 2022.
11. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/2367025.stm> Acesso em 17 de julho de 2022
12. <https://www.economist.com/the-americas/2003/01/30/lulas-message-for-two-worlds>. Acesso em 17 de julho de 2022.

13. <https://www.economist.com/the-americas/2006/10/31/lulas-comfortable-win>. Acesso em 18 de julho de 2022.
14. <https://www.economist.com/the-americas/2010/07/01/in-lulas-footsteps>. Acesso em 18 de julho de 2022.
15. <https://www.economist.com/briefing/2010/09/30/lulas-legacy> Acesso em 18 de julho de 2022
16. <https://www.economist.com/briefing/2010/09/30/lula-on-his-legacy>. Acesso em 18 de julho de 2022.
17. <https://www.economist.com/the-americas/2010/11/04/stepping-into-outsize-shoes>. Acesso em 18 de julho de 2022.
18. <https://www.economist.com/americas-view/2010/10/31/no-surprises-this-time> Acesso em 18 de julho de 2022
19. <https://www.economist.com/briefing/2014/10/16/looking-for-change> Acesso em 18 de julho de 2022
20. <https://www.economist.com/special-report/2013/09/26/a-rough-ride-for-rousseff>. Acesso em 18 de julho de 2022.
21. <https://www.economist.com/americas-view/2014/10/27/a-riven-country>. Acesso em 18 de julho de 2022.
22. <https://www.economist.com/the-americas/2016/09/03/time-for-temer>. Acesso em 8 de julho de 2022.
23. <https://www.economist.com/leaders/2018/09/20/jair-bolsonaro-latin-americas-latest-menance> Acesso em 8 de julho de 2022.
24. <https://www.economist.com/the-americas/2016/04/15/dilma-rousseff-looks-increasingly-likely-to-be-impeached>. Acesso em 19 de julho de 2022.
25. <https://www.economist.com/the-economist-explains/2017/08/11/how-brazils-michel-temer-is-clinging-on-to-power>. Acesso em 18 de julho de 2022.
26. <https://www.economist.com/the-americas/2016/04/15/dilma-rousseff-looks-increasingly-likely-to-be-impeached>. Acesso em 18 de julho de 2022.
27. <https://www.economist.com/the-americas/2016/12/01/brazils-president-weather-multiple-storms>. Acesso em 8 de julho de 2022.
28. <https://www.economist.com/the-economist-explains/2016/05/12/michel-temers-plans-for-brazil> Acesso em 8 de julho de 2022
29. <https://www.economist.com/the-americas/2016/05/14/an-unplanned-presidency>. Acesso em 8 de julho de 2022.

30. <https://www.economist.com/the-americas/2018/06/09/how-a-strike-by-lorry-drivers-will-shape-brazils-elections>. Acesso em 19 de julho de 2022.
31. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-38108265>. Acesso em 19 de julho de 2022.
32. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-36070366>. Acesso em 19 de julho de 2022.
33. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-41748838>. Acesso em 19 de julho de 2022.
34. <https://www.economist.com/the-americas/2018/06/09/how-a-strike-by-lorry-drivers-will-shape-brazils-elections>. Acesso em 19 de julho de 2022
35. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-46013408> Acesso em 8 de julho de 2022
36. <https://www.economist.com/leaders/2018/09/20/jair-bolsonaro-latin-americas-latest-menace>. Acesso em 8 de julho de 2022.
37. <https://www.economist.com/the-americas/2018/10/29/jair-bolsonaro-will-be-brazils-next-president> Acesso em 8 de julho de 2022
38. <https://www.economist.com/the-americas/2022/04/02/brazils-presidential-election-in-october-will-be-about-the-economy> Acesso em 19 de julho de 2022
39. <https://www.economist.com/the-americas/2020/04/11/jair-bolsonaro-isolates-himself-in-the-wrong-way> Acesso em 19 de julho de 2022
40. <https://www.economist.com/the-americas/2022/06/06/some-latin-american-economies-have-benefited-from-the-war-in-ukraine>. Acesso em 19 de julho de 2022.
41. <https://www.economist.com/the-americas/2022/04/09/hailed-as-a-saviour-derided-as-a-thief-lula-is-back> Acesso em 19 de julho de 2022
42. <https://www.economist.com/the-americas/2022/04/30/can-brazil-help-with-food-shortages-around-the-world> Acesso em 19 de julho de 2022
43. <https://www.economist.com/the-americas/brazil-is-running-out-of-time-for-economic-reforms/21804273> Acesso em 19 de julho de 2022
44. <https://www.economist.com/the-americas/2021/11/13/president-jair-bolsonaro-is-bad-for-brazils-economy>. Acesso em 19 de julho de 2022.
45. <https://www.economist.com/leaders/2021/06/03/jair-bolsonaro-is-not-the-only-reason-his-country-is-in-a-ditch> Acesso em 19 de julho de 2022

CHILE

1. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/606850.stm>. Acesso em 8 de julho de 2022
2. <https://www.economist.com/the-americas/1998/08/20/could-it-be-ricardo-lagos>. Acesso em 8 de julho de 2022
3. <https://www.economist.com/the-americas/2000/10/12/stumbling-to-chiles-elections>. Acesso em 8 de julho de 2022
4. <https://www.economist.com/the-americas/2007/03/29/bachelet-tries-again>. Acesso em 20 de julho de 2022.
5. <https://www.economist.com/the-americas/2005/03/31/writing-the-next-chapter-in-a-latin-american-success-story>. Acesso em 20 de julho de 2022.
6. <https://www.economist.com/the-americas/2006/01/12/belle-for-michelle>. Acesso em 9 de julho de 2022.
7. <https://www.economist.com/the-americas/2006/01/19/doing-it-her-way>. Acesso em 9 de julho de 2022.
8. <https://www.economist.com/the-americas/2013/04/06/bachelet-is-back>. Acesso em 8 de julho de 2022.
9. <https://www.economist.com/the-americas/2006/03/09/bachelets-citizens-democracy>. Acesso em 20 de julho de 2022.
10. <https://www.economist.com/the-americas/2010/03/01/in-need-of-repair>. Acesso em 20 de julho de 2022.
11. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-42388019>. Acesso em 8 de julho de 2022
12. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-11558721>. Acesso em 8 de julho de 2022
13. <https://www.economist.com/americas-view/2014/03/11/return-of-the-queen>. Acesso em 20 de julho de 2022.
14. <https://www.economist.com/the-americas/2018/12/08/sebastian-pinera-tries-to-put-chile-back-on-track>. Acesso em 20 de julho de 2022.
15. <https://www.economist.com/the-americas/2014/05/23/the-ladys-for-turning>. Acesso em 20 de julho de 2022.
16. <https://www.economist.com/americas-view/2013/07/01/a-second-crack-of-the-whip>. Acesso em 20 de julho de 2022.

17. <https://www.bbc.com/news/av/world-latin-america-25396002>. Acesso em 8 de julho de 2022
18. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-42388019>. Acesso em 8 de julho de 2022.
19. <https://www.economist.com/americas-view/2013/12/16/bachelet-by-a-mile>. Acesso em 8 de julho de 2022
20. <https://www.economist.com/the-americas/2013/11/09/cruising-back-to-la-moneda>. Acesso em 20 de julho de 2022.
21. <https://www.economist.com/news/2013/11/18/the-year-of-moving-sideways>. Acesso em 20 de julho de 2022.
22. <https://www.economist.com/the-world-this-week/2021/11/13/politics>. Acesso em 20 de julho de 2022.
23. <https://www.economist.com/the-americas/2018/09/29/steering-chile-away-from-the-middle-income-trap>. Acesso em 20 de julho de 2022.
24. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-42388019>. Acesso em 8 de julho de 2022
25. <https://www.economist.com/the-americas/2018/12/08/sebastian-pinera-tries-to-put-chile-back-on-track>. Acesso em 20 de julho de 2022.
26. <https://www.economist.com/the-americas/2021/10/28/chile-once-considered-latin-americas-finland-is-in-trouble>. Acesso em 20 de julho de 2022.

COLÔMBIA

1. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-61510332>. Acesso em 9 de julho de 2022.
2. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/2166117.stm>. Acesso em 21 de julho de 2022.
3. <https://www.economist.com/the-americas/1998/05/21/politics-by-other-means>. Acesso em 20 de julho de 2022
4. <https://www.economist.com/the-americas/1998/06/25/colombians-look-for-change>. Acesso de 9 de julho de 2022.
5. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1996976.stm> Acesso em 9 de julho de 2022

6. <https://www.economist.com/the-americas/2000/05/18/colombia-plumbs-new-depths>. Acesso em 20 de julho de 2022.
7. <https://www.economist.com/the-americas/2002/02/21/peace-hijacked>. Acesso em 20 de julho de 2022.
8. <https://www.economist.com/the-americas/1998/10/15/peace-one-day-a-strike-now>. Acesso em 20 de julho de 2022.
9. <https://www.economist.com/the-americas/2002/05/23/staying-alive>. Acesso em 20 de julho de 2022.
10. <https://www.economist.com/the-americas/2002/05/30/uribes-hour>. Acesso em 9 de julho de 2022.
11. <https://www.economist.com/news/2006/05/29/uribes-second-term>. Acesso em 8 de julho de 2022.
12. <https://www.economist.com/the-americas/2007/07/12/a-hero-at-home-a-villain-abroad>. Acesso em 21 de julho de 2022.
13. <https://www.economist.com/the-americas/2006/03/16/u-for-uribe>. Acesso em 21 de julho de 2022.
14. <https://www.economist.com/the-americas/2002/08/15/state-of-commotion>. Acesso em 21 de julho de 2022.
15. <https://www.economist.com/the-americas/2006/06/01/uribes-mandate>. Acesso em 21 de julho de 2022.
16. <https://www.economist.com/leaders/2010/07/22/let-santos-be-santos>. Acesso em 9 de julho de 2022.
17. <https://www.economist.com/news/2004/11/17/colombia>. Acesso em 21 de julho de 2022.
18. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4057343.stm>. Acesso em 9 de julho de 2022.
19. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/5024428.stm>. Acesso em 9 de julho de 2022.
20. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/5251392.stm>. Acesso em 10 de julho de 2022.
21. <https://www.bbc.co.uk/news/10192004>. Acesso em 21 de julho de 2022.
22. <https://www.bbc.com/news/10131095>. Acesso em 21 de julho de 2022.
23. <https://www.bbc.com/news/10127394>. Acesso em 21 de julho de 2021.
24. <https://www.economist.com/the-americas/2006/05/25/uribe-prepares-for-an-encore>. Acesso em 21 de julho de 2022.
25. <https://www.economist.com/the-americas/2008/04/17/the-uribe-temptation>. Acesso em 21 de julho de 2022.

26. <https://www.economist.com/the-americas/2009/05/14/uribe-edges-towards-autocracy>. Acesso em 21 de julho de 2022.
27. <https://www.economist.com/finance-and-economics/2011/04/14/inflows-outperforming>. Acesso em 21 de julho de 2022.
28. <https://www.economist.com/the-americas/2012/03/17/gushers-and-guns>. Acesso em 22 de julho de 2022.
29. https://issuu.com/cinepppp/docs/the_legacy_of_uribe_policies_specialr_august2010
30. <https://www.economist.com/the-americas/2012/04/07/santos-v-uribe>. Acesso em 21 de julho de 2022.
31. <https://www.economist.com/the-americas/2014/05/31/uribes-wrath>. Acesso em 21 de julho de 2022.
32. <https://www.economist.com/the-americas/2010/08/12/opening-gambits>. Acesso em 22 de julho de 2022.
33. <https://www.economist.com/finance-and-economics/2014/08/02/passing-the-baton>. Acesso em 22 de julho de 2022.
34. <https://www.economist.com/the-americas/2014/06/21/four-more-years>. Acesso em 22 de julho de 2022.
35. <https://www.economist.com/the-americas/2018/05/26/colombians-hope-for-change-in-the-first-post-war-presidential-election> Acesso em 9 de julho de 2022
36. <https://www.economist.com/americas-view/2014/06/16/santos-wins>. Acesso em 9 de julho de 2022.
37. <https://www.economist.com/the-americas/2016/01/23/a-new-plan-for-colombia>. Acesso em 22 de julho de 2022.
38. <https://www.economist.com/news/2013/11/18/the-year-of-moving-sideways> Acesso em 14 de julho de 2022
39. <https://www.economist.com/the-americas/2018/07/28/history-will-judge-colombias-ougoing-president-kindly>. Acesso em 22 de julho de 2022.
40. <https://www.economist.com/the-americas/2014/04/19/will-the-real-mr-santos-please-peak-up>. Acesso em 22 de julho de 2022.
41. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-61510332> Acesso em 9 de julho de 2022
42. <https://www.economist.com/the-americas/2018/05/26/colombians-hope-for-change-in-the-first-post-war-presidential-election> Acesso em 9 de julho de 2022

43. <https://www.economist.com/the-americas/2018/06/21/colombias-new-president-will-struggle-to-heal-his-countrys-divisions>. Acesso em 9 de julho de 2022.
44. <https://www.economist.com/the-americas/2022/05/26/a-divided-colombia-is-poised-to-elect-its-first-leftist-president>. Acesso em 22 de julho de 2022.
45. <https://www.economist.com/the-americas/2018/11/24/the-difficulty-of-being-ivan-duque>. Acesso em 21 de julho de 2022.
46. <https://www.economist.com/the-americas/2019/06/20/can-colombias-president-ivan-duque-find-his-feet>. Acesso em 22 de julho de 2022.
47. <https://www.economist.com/the-americas/2018/08/09/ivan-duque-takes-charge-in-colombia>. Acesso em 22 de julho de 2022.
48. <https://www.economist.com/the-americas/2021/05/06/protests-in-colombia-derail-an-important-tax-reform>. Acesso em 22 de julho de 2022.
49. <https://www.economist.com/the-americas/2021/12/11/despite-the-polls-a-centrist-could-win-colombias-election-in-may>. Acesso em 22 de julho de 2022.

EQUADOR

1. <https://www.economist.com/news/2005/04/25/a-coup-by-congress-and-the-street>. Acesso em 9 de julho de 2022.
2. <https://www.economist.com/the-americas/2000/01/27/ecuadors-post-coup-reckoning>. Acesso em 9 de julho de 2022.
3. <https://www.economist.com/news-summaries/2000/08/10/politics-this-week>. Acesso em 22 de julho de 2022.
4. <https://www.economist.com/the-americas/2002/04/11/in-hock>. Acesso em 22 de julho de 2022.
5. <https://www.economist.com/the-americas/2000/08/10/melodramatics>. Acesso em 22 de julho de 2022.
6. <https://www.economist.com/the-americas/2002/10/24/new-faces-of-andean-politics>. Acesso em 22 de julho de 2022.
7. <https://www.economist.com/the-americas/2002/10/24/new-faces-of-andean-politics>. Acesso em 22 de julho de 2022.
8. <https://www.economist.com/the-americas/2003/06/19/combustible>. Acesso em 9 de julho de 2022.

9. <https://www.economist.com/news/2005/04/25/a-coup-by-congress-and-the-street>. Acesso em 9 de julho de 2022
10. <https://www.economist.com/the-americas/2005/05/05/after-the-palacio-coup> Acesso em 9 de julho de 2022
11. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/4186320.stm>. Acesso em 22 de julho de 2022.
12. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4811342.stm>. Acesso em 22 de julho de 2022.
13. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/4351874.stm> Acesso em 22 de julho de 2022
14. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/4224906.stm>. Acesso em 22 de julho de 2022.
15. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/4502748.stm>. Acesso em 22 de julho de 2022.
16. <https://www.economist.com/news/2006/11/15/noboa-set-for-victory-in-ecuador>. Acesso em 22 de julho de 2022.
17. <https://www.economist.com/the-world-this-week/2005/08/11/politics-this-week>. Acesso em 22 de julho de 2022.
18. <https://www.economist.com/the-americas/2006/11/30/a-mandate-for-change>. Acesso em 23 de julho de 2022.
19. <https://www.economist.com/news/2006/11/15/noboa-set-for-victory-in-ecuador>. Acesso em 22 de julho de 2022
20. <https://www.economist.com/the-americas/2007/10/04/correas-victory>. Acesso em 10 de julho de 2022.
21. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6184854.stm>. Acesso em 9 de julho de 2022.
22. <https://www.economist.com/news/2012/11/21/rafael-correa>. Acesso em 23 de julho de 2022.
23. <https://www.economist.com/the-americas/2009/04/23/revolution-please-give-generously>. Acesso em 23 de julho de 2022.
24. <https://www.economist.com/the-americas/2007/04/19/tightening-his-grip>. Acesso em 23 de julho de 2022.
25. <https://www.economist.com/the-americas/2013/09/28/its-hard-to-be-green>. Acesso em 23 de julho de 2022.
26. <https://www.economist.com/the-americas/2017/02/18/what-to-expect-from-ecuadors-elections>. Acesso em 23 de julho de 2022.

27. [https://www.economist.com/the-americas/2013/02/09/the-man-with-the-mighty-micro-phone](https://www.economist.com/the-americas/2013/02/09/the-man-with-the-mighty-micro-<u>phone</u>). Acesso em 23 de julho de 2022.
28. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-11449110>. Acesso em 10 de julho de 2022.
29. [https://www.economist.com/the-americas/2021/10/14/guillermo-lassos-battle-against-populism-in-ecuador](https://www.economist.com/the-americas/2021/10/14/guillermo-lassos-battle-against-<u>populism-in-ecuador</u>). Acesso em 10 de julho de 2022.
30. [https://www.economist.com/the-americas/2017/04/08/what-to-expect-from-ecuadors-new-president](https://www.economist.com/the-americas/2017/04/08/what-to-expect-from-ecuadors-<u>new-president</u>). Acesso em 10 de julho de 2022
31. [https://www.economist.com/the-americas/2019/04/11/lenin-morenos-new-economic-p-olicy](https://www.economist.com/the-americas/2019/04/11/lenin-morenos-new-economic-p-<u>olicy</u>). Acesso em 23 de julho de 2022.
32. <https://www.economist.com/the-americas/2017/05/18/ecuador-waits-for-lenin-moreno>. Acesso em 23 de julho de 2022.
33. [https://www.economist.com/the-americas/2018/02/02/ecuadors-president-lenin-moreno-tries-to-bury-the-legacy-of-his-predecessor](https://www.economist.com/the-americas/2018/02/02/ecuadors-president-lenin-moreno-<u>tries-to-bury-the-legacy-of-his-predecessor</u>). Acesso em 23 de julho de 2022.
34. [https://www.economist.com/the-americas/2021/10/14/guillermo-lassos-battle-against-populism-in-ecuador](https://www.economist.com/the-americas/2021/10/14/guillermo-lassos-battle-against-<u>populism-in-ecuador</u>). Acesso em 10 de julho de 2022.
35. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-39498404>. Acesso em 10 de julho de 2022
36. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-41833960>. Acesso em 10 de julho de 2022
37. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-40039581>. Acesso em 10 de julho de 2022.
38. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-39457814>. Acesso em 10 de julho de 2022.
39. [https://www.economist.com/the-americas/2021/02/11/heir-banker-cyclist-ecuadors-hi-gh-stakes-election](https://www.economist.com/the-americas/2021/02/11/heir-banker-cyclist-ecuadors-hi-<u>gh-stakes-election</u>). Acesso em 23 de julho de 2022.
40. [https://www.economist.com/the-americas/2022/06/16/ecuadors-president-has-little-ch-ance-of-implementing-reforms](https://www.economist.com/the-americas/2022/06/16/ecuadors-president-has-little-ch-<u>ance-of-implementing-reforms</u>). Acesso em 23 de julho de 2022.
41. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-49981521> Acesso em 23 de julho de 2022
42. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-49981521> Acesso em 23 de julho de 2022
43. [https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-06-21/ecuador-president-pressured-to-leave-as-protests-curb-oil-output](https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-06-21/ecuador-president-pressured-to-<u>leave-as-protests-curb-oil-output</u>) Acesso em 9 de julho de 2022

44. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-06-29/ecuador-president-lasso-survives-impeachment-attempt-amid-unrest>. Acesso em 23 de julho de 2022.

MÉXICO

1. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/1687199.stm> Acesso em 10 de julho de 2022
2. <https://www.economist.com/the-americas/1997/07/17/fox-hunting> Acesso em 10 de julho de 2022
3. <https://www.economist.com/the-americas/2000/07/06/happy-birthday-senor-fox>. Acesso em 10 de julho de 2022
4. <https://www.economist.com/the-americas/2002/05/02/the-frustrating-of-fox> Acesso em 10 de julho de 2022
5. <https://www.economist.com/the-americas/2004/04/15/transforming-mexico-take-two> Acesso em 10 de julho de 2022
6. <https://www.economist.com/the-americas/2003/06/12/fox-puts-a-presidential-face-on-some-worrying-electoral-computations> Acesso em 10 de julho de 2022
7. <https://www.economist.com/the-americas/2006/11/02/the-feds-and-the-governor>. Acesso em 24 de julho de 2022.
8. <https://www.economist.com/news/2006/11/29/mexicos-new-president>. Acesso em 24 de julho de 2022.
9. <https://www.economist.com/special-report/2006/11/18/time-to-wake-up>. Acesso em 24 de julho de 2022.
10. <https://www.economist.com/the-americas/2005/09/08/a-mixed-record>. Acesso em 24 de julho de 2022.
11. <https://www.economist.com/leaders/2006/07/06/behind-the-confusion>. Acesso em 25 de julho de 2022
12. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/5322360.stm>. Acesso em 10 de julho de 2022.
13. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/5143810.stm> Acesso em 10 de julho de 2022
14. <https://www.economist.com/the-americas/2008/04/10/regeneration> Acesso em 10 de julho de 2022

15. <https://www.economist.com/the-americas/2007/09/13/mexicos-teetering-president>. Acesso em 10 de julho de 2022.
16. <https://www.economist.com/the-americas/2007/04/04/an-early-harvest-for-calderon>. Acesso em 10 de julho de 2022.
17. <https://www.economist.com/the-americas/2011/01/27/saddling-up-for-the-trail-to-los-pinos>. Acesso em 25 de julho de 2022.
18. <https://www.economist.com/leaders/2012/06/23/back-to-the-future>. Acesso em 25 de julho de 2022.
19. <https://www.economist.com/the-americas/2012/03/31/the-man-to-beat>. Acesso em 25 de julho de 2022.
20. <https://www.economist.com/leaders/2012/06/23/back-to-the-future>. Acesso em 25 de julho de 2022.
21. <https://www.economist.com/the-americas/2011/01/27/saddling-up-for-the-trail-to-los-pinos> Acesso em 11 de julho de 2022
22. <https://www.economist.com/leaders/2013/11/23/make-or-break-for-pena-nieto>. Acesso em 11 de julho de 2022.
23. <https://www.bbc.co.uk/news/av/world-latin-america-18669903> Acesso em 11 de julho de 2022
24. <https://www.economist.com/the-americas/2014/11/08/a-test-of-pena-nietos-mettle>. Acesso em 11 de julho de 2022.
25. <https://www.economist.com/the-americas/2012/12/22/coming-out-swinging>. Acesso em 11 de julho de 2022.
26. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-14927925> Acesso em 11 de julho de 2022
27. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-46415993> Acesso em 11 de julho de 2022
28. <https://www.economist.com/news/2013/11/18/the-year-of-moving-sideways> Acesso em 14 de julho de 2022
29. <https://www.economist.com/the-americas/2018/03/28/how-amlo-could-win-mexicos-election>. Acesso em 14 de julho de 2022.
30. <https://www.economist.com/the-americas/2017/11/30/jose-antonio-meade-is-the-pris-candidate-for-mexicos-presidency>. Acesso em 25 de julho de 2022.
31. <https://www.economist.com/the-americas/2018/06/28/the-price-of-electing-saviours-in-latin-america>. Acesso em 25 de julho de 2022.

32. <https://www.economist.com/the-americas/2014/07/05/the-power-and-the-glory>
Acesso em 25 de julho de 2022
33. <https://www.economist.com/the-americas/2018/03/28/how-amlo-could-win-mexicos-lection>. Acesso em 14 de julho de 2022.
34. <https://www.economist.com/leaders/2022/01/08/andres-manuel-lopez-obradores-energy-policy-will-hurt-mexico>. Acesso em 11 de julho de 2022.
35. <https://www.economist.com/the-americas/2011/01/27/saddling-up-for-the-trail-to-los-pinos> Acesso em 11 de julho de 2022
36. <https://www.economist.com/the-americas/2022/03/12/a-new-group-of-left-wing-presidents-takes-over-in-latin-america> Acesso em 7 de julho
37. <https://www.economist.com/leaders/2018/09/20/jair-bolsonaro-latin-americas-latest-menance> Acesso em 8 de julho de 2022
38. <https://www.economist.com/briefing/2018/06/21/how-andres-manuel-lopez-obrador-will-remake-mexico>. Acesso em 11 de julho de 2022.
39. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-44677829>. Acesso em 11 de julho de 2022.
40. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-60993770>. Acesso em 11 de julho de 2022.
41. <https://www.economist.com/the-americas/2021/04/08/the-mexican-economy-has-been-battered-by-the-pandemic>. Acesso em 25 de julho de 2022.
42. <https://www.economist.com/the-americas/2021/07/15/mexicos-president-sets-up-a-show-trial-of-his-predecessors>. Acesso em 25 de julho de 2022.
43. <https://www.economist.com/the-americas/2021/06/10/mid-term-elections-have-weakened-mexicos-president>. Acesso em 25 de julho de 2022.
44. <https://www.economist.com/leaders/2021/05/27/voters-should-curb-mexicos-power-hungry-president> Acesso em 25 de julho de 2022

PERU

1. <https://www.economist.com/the-americas/2000/11/30/cleaning-up>. Acesso em 11 de julho de 2022.
2. <https://www.economist.com/the-americas/2001/02/01/a-nightmare-returns>. Acesso em 11 de julho de 2022.

3. Acesso em 11 de julho de 2022 <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1368330.stm>
4. <https://www.economist.com/the-americas/2001/06/07/toledo-reaches-the-palace-at-las-t>. Acesso em 11 de julho de 2022.
5. <https://www.economist.com/the-americas/2005/06/09/survivor-toledo>. Acesso em 11 de julho de 2022.
6. <https://www.economist.com/the-americas/2002/03/21/the-pressure-on-toledo>. Acesso em 11 de julho de 2022.
7. <https://www.economist.com/the-americas/2004/07/08/strikes-sleaze-and-violence>. Acesso em 26 de julho de 2022
8. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/1270464.stm>. Acesso em 26 de julho de 2022.
9. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/3051689.stm> Acesso em 26 de julho de 2022
10. <https://www.economist.com/news/2004/08/06/squeezing-the-balloon-not-popping-it>. Acesso em 26 de julho de 2022.
11. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/americas/708450.stm>. Acesso em 26 de julho de 2022.
12. <https://www.economist.com/the-americas/2006/07/27/second-time-sober>. Acesso em 26 de julho de 2022.
13. <https://www.economist.com/the-americas/2008/09/11/connecting-to-the-world>. Acesso em 11 de julho de 2022
14. <https://www.economist.com/news/2006/06/05/alan-garcia-wins-in-peru>. Acesso em 11 de julho de 2022
15. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/5047896.stm> Acesso em 11 de julho de 2022
16. <https://www.economist.com/the-americas/2007/09/20/revolt-in-the-andes>. Acesso em 11 de julho de 2022.
17. <https://www.economist.com/the-americas/2011/11/19/honeymoon-over> Acesso em 11 de julho de 2022
18. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-13680272> Acesso em 11 de julho de 2022
19. <https://www.economist.com/special-report/2010/09/11/democracy-latino-style>. Acesso em 26 de julho de 2022.
20. <https://www.economist.com/the-americas/2006/04/12/an-unattractive-choice>. Acesso em 15 de julho de 2022.

21. <https://www.economist.com/the-americas/2011/08/06/the-brazilian-way>. Acesso em 12 de julho de 2022.
22. <https://www.economist.com/the-americas/2016/06/11/the-fortunate-president>. Acesso em 12 de julho de 2022.
23. <https://www.economist.com/the-americas/2013/08/03/humala-humbled>. Acesso em 12 de julho de 2022
24. <https://www.economist.com/the-americas/2015/04/04/a-jarring-defeat> Acesso em 12 de julho de 2022
25. <https://www.economist.com/the-americas/2011/11/19/honeymoon-over>. Acesso em 11 de julho de 2022
26. <https://www.economist.com/the-americas/2011/09/03/mining-and-the-man>. Acesso em 11 de julho de 2022.
27. <https://www.economist.com/the-americas/2011/07/21/promises-and-premonitions> Acesso em 11 de julho de 2022
28. Acesso em 11 de julho de 2022
<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-14321996>
29. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-13664392>. Acesso em 11 de julho de 2022
30. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-13680272>. Acesso em 26 de julho de 2022
31. <https://www.economist.com/the-americas/2016/04/09/choosing-a-new-broom>. Acesso em 26 de julho de 2022
32. <https://www.economist.com/the-americas/2016/02/06/from-conflict-to-co-operation>. Acesso em 26 de julho de 2022
33. <https://www.economist.com/the-americas/2018/03/22/the-short-unhappy-presidency-of-pedro-pablo-kuczynski>. Acesso em 11 de julho de 2022.
34. <https://www.economist.com/the-americas/2016/07/29/the-challenges-facing-perus-new-president>. Acesso em 11 de julho de 2022.
35. <https://www.economist.com/the-americas/2018/01/04/perus-presidential-hostage>. Acesso em 12 de julho de 2022
36. <https://www.economist.com/the-americas/2016/06/11/the-fortunate-president>. Acesso em 12 de julho de 2022.
37. <https://www.economist.com/the-americas/2017/12/19/latin-americas-biggest-scandal-threatens-to-snare-perus-president-too>. Acesso em 12 de julho de 2022.

38. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-36459958>. Acesso em 12 de julho de 2022.
39. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-36920541>. Acesso em 12 de julho de 2022.
40. <https://www.economist.com/the-americas/2016/11/10/the-limits-of-technocratic-govern-ment>. Acesso em 26 de julho de 2022.
41. <https://www.economist.com/the-americas/2018/03/22/the-short-unhappy-presidency-o-f-pedro-pablo-kuczynski>. Acesso em 11 de julho de 2022.
42. <https://www.economist.com/the-americas/2019/08/01/martin-vizcarra-tries-to-end-his-presidency-early> Acesso em 12 de julho de 2022
43. <https://www.economist.com/the-americas/2020/11/10/perus-congress-topples-martin-vizcarra-on-its-second-attempt>. Acesso em 12 de julho de 2022.
44. <https://www.economist.com/the-americas/2018/05/17/perus-new-president-martin-vizcarra-explains-his-plans>. Acesso em 12 de julho de 2022.
45. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-43523076> Acesso em 12 de julho de 2022
46. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-5489703>. Acesso em 12 de julho de 2022.
47. <https://www.economist.com/the-americas/2020/11/19/perus-politics-of-destruction-and-creation> Acesso em 12 de julho de 2022
48. <https://www.economist.com/the-americas/2022/03/12/a-new-group-of-left-wing-presidents-takes-over-in-latin-america> Acesso em 7 de julho
49. <https://www.economist.com/the-americas/2021/06/10/pedro-castillo-is-on-the-verge-of-becoming-perus-president> Acesso em 12 de julho de 2022
50. <https://www.economist.com/the-americas/2021/07/29/perus-left-wing-new-president-pushes-for-a-new-constitution> Acesso em 12 de julho de 2022
51. <https://www.economist.com/the-americas/2021/10/23/pedro-castillo-perus-new-president-tries-to-seem-less-left-wing>. Acesso em 12 de julho de 2022.
52. <https://www.economist.com/the-americas/2022/05/26/a-test-of-whether-big-mining-is-socially-sustainable>. Acesso em 12 de julho de 2022.
53. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-60993768>. Acesso em 12 de julho de 2022.

URUGUAI

1. <https://www.economist.com/the-americas/2004/10/28/red-white-and-new> Acesso em 12 de julho de 2022
2. <https://www.economist.com/the-americas/2002/07/25/victim-of-contagion>. Acesso em 12 de julho de 2022.
3. Acesso em 12 de julho de 2022
<https://www.economist.com/the-americas/2003/12/11/uruguays-bold-new-oil-policy>
4. <https://www.economist.com/the-americas/2001/02/01/batlling-in-uruguay>. Acesso em 12 de julho de 2022
5. <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-37761004> Acesso em 12 de julho de 2022
6. <https://www.economist.com/the-americas/1999/12/02/battles-triumph>. Acesso em 12 de julho de 2022.
7. <https://www.economist.com/the-americas/1999/10/28/stirring>. Acesso em 14 de julho de 2022.
8. <https://www.economist.com/the-americas/2018/03/28/uruguays-record-setting-economic-growth-streak> Acesso em 14 de julho de 2022
9. <https://www.economist.com/the-americas/2003/12/11/uruguays-bold-new-oil-policy>. Acesso em 12 de julho de 2022.
10. <https://www.economist.com/the-americas/2004/10/28/red-white-and-new> Acesso em 12 de julho de 2022
11. <https://www.economist.com/the-americas/2006/03/16/paper-chase> Acesso em 12 de julho de 2022
12. <https://www.economist.com/the-americas/2005/10/06/paper-dreams>. Acesso em 12 de julho de 2022.
13. <https://www.economist.com/the-americas/2009/02/05/profitting-from-virtue>. Acesso em 12 de julho de 2022.
14. <https://www.economist.com/the-americas/2009/10/22/the-mystery-behind-mujicas-mask>. Acesso em 14 de julho de 2022
15. <https://www.economist.com/americas-view/2014/10/28/a-broad-front-advances>. Acesso em 14 de julho de 2022
16. <https://www.economist.com/the-americas/2007/02/01/the-next-chile>. Acesso em 14 de julho de 2022.
17. <https://www.economist.com/the-americas/2009/02/05/profitting-from-virtue>. Acesso em 12 de julho de 2022.

18. <https://www.economist.com/news/2013/11/18/uruguay> Acesso em 12 de julho de 2022
19. <https://www.bbc.com/news/magazine-20243493>. Acesso em 14 de julho de 2022
20. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-20041849> Acesso em 14 de julho de 2022.
21. <https://www.economist.com/news/2013/11/18/the-year-of-moving-sideways>. Acesso em 14 de julho de 2022
22. <https://www.economist.com/americas-view/2014/10/28/a-broad-front-advances>. Acesso em 14 de julho de 2022
23. <https://www.economist.com/the-americas/2018/03/28/uruguays-record-setting-economic-growth-streak>. Acesso em 14 de julho de 2022.
24. <https://www.economist.com/the-americas/2019/10/25/uruguays-remarkably-civilised-election> Acesso em 12 de julho de 2022
25. <https://www.economist.com/the-americas/2020/02/22/an-interview-with-uruguays-president-elect-luis-lacalle-pou> Acesso em 14 de julho de 2022
26. <https://www.economist.com/the-americas/2019/11/29/power-shifts-in-uruguay-without-much-fuss>. Acesso em 14 de julho de 2022.
27. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-50587029>. Acesso em 14 de julho de 2022
28. <https://www.economist.com/the-americas/2022/02/26/what-latin-americas-success-story-can-teach-its-neighbours>. Acesso em 27 de julho de 2022

VENEZUELA

1. <https://www.economist.com/finance-and-economics/2017/04/06/how-chavez-and-maduro-have-impoverished-venezuela>. Acesso em 15 de julho de 2022.
2. <https://www.economist.com/the-americas/six-ways-nicolas-maduro-stays-in-power-in-venezuela/21806197>. Acesso em 15 de julho de 2022
3. <https://www.economist.com/the-americas/1999/06/03/the-chavez-enigma>. Acesso em 15 de julho de 2022
4. <https://www.economist.com/the-americas/1999/11/18/chavezs-muddled-new-world>. Acesso em 15 de julho de 2022

5. <https://www.economist.com/the-americas/1999/01/14/chavez-hits-the-ground-running>. Acesso em 14 de julho de 2022
6. <https://www.economist.com/the-americas/1999/08/26/chavezs-power-grab>. Acesso em 15 de julho de 2022.
7. <https://www.economist.com/the-americas/2000/08/17/chavez-of-arabia>. Acesso em 27 de julho de 2022
8. <https://www.economist.com/the-americas/2000/05/18/chavez-god-and-the-voters>. Acesso em 27 de julho de 2022
9. <https://www.economist.com/moreover/2000/08/24/enigma-of-the-people>. Acesso em 27 de julho de 2022
10. <https://www.economist.com/the-americas/2000/07/06/sunk>. Acesso em 27 de julho de 2022
11. <https://www.economist.com/the-americas/2000/02/17/crossfire>. Acesso em 27 de julho de 2022
12. <https://www.economist.com/the-americas/2002/11/14/double-games>. Acesso em 15 de julho de 2022
13. <https://www.economist.com/the-americas/2002/04/18/after-the-coup-the-reckoning>. Acesso em 27 de julho de 2022
14. <https://www.economist.com/leaders/2002/12/12/the-rights-and-wrongs-of-chavez>. Acesso em 27 de julho de 2022
15. <https://www.economist.com/books-and-arts/2007/08/02/man-and-superman>. Acesso em 27 de julho de 2022
16. <https://www.economist.com/the-americas/2007/11/15/challenging-chavez-for-life>. Acesso em 27 de julho de 2022
17. <https://www.economist.com/the-americas/2007/02/01/glimpsing-the-bottom-of-the-barrel>. Acesso em 27 de julho de 2022.
18. Acesso em 27 de julho de 2022
<https://www.economist.com/americas-view/2010/09/27/a-pyrrhic-victory>
19. <https://www.economist.com/leaders/2007/12/06/the-beginning-of-the-end-for-hugo-chavez>. Acesso em 27 de julho de 2022
20. <https://www.economist.com/leaders/2013/01/12/in-limbo>. Acesso em 27 de julho de 2022
21. <https://www.economist.com/the-americas/2013/01/12/brotherly-love-in-the-bolivarian-republic>. Acesso em 15 de julho de 2022

22. <https://www.economist.com/the-americas/2016/11/05/what-is-to-be-done-in-venezuela>
a. Acesso em 15 de julho de 2022
23. <https://www.economist.com/the-americas/2013/09/28/maduros-balancing-act>. Acesso em 15 de julho de 2022
24. <https://www.economist.com/americas-view/2013/04/15/maduros-pyrrhic-victory>. Acesso em 15 de julho de 2022
25. <https://www.economist.com/the-americas/2020/04/02/the-unintended-consequences-of-indicting-nicolas-maduro> Acesso em 15 de julho de 2022
26. <https://www.economist.com/the-americas/six-ways-nicolas-maduro-stays-in-power-in-venezuela/21806197> Acesso em 15 de julho de 2022

ANEXO 2 - Proposta de reforma na arrecadação sobre as *commodities* na América Latin

BANCO DE DADOS DAS PROPOSTAS DE REFORMA (2000-2021)

ARGENTINA

ARG02 - Criação do imposto de exportação

Ano: 2002 (anúncio)

Status: aprovada

Governo: Eduardo Duhalde (2002-2003) - Partido Justicialista

Abrangência: geral

Tipo de reforma: criação

Proposta por: executivo (Ministro da Economia, Jorge Remes Lenicov)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/88fcd83a-en/index.html?itemId=/content/component/88fcd83a-en> Acesso em: 25 de abril de 2022
2. <https://theconversation.com/argentina-is-trying-to-tax-its-way-out-of-another-financial-crisis-why-thats-so-risky-137839>
3. <https://microsimulation.pub/articles/00127> Acesso em: 25 de abril de 2022
4. <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.894.8971&rep=rep1&type=pdf> Acesso em: 25 de abril de 2022

5. <https://www.nytimes.com/2002/03/05/world/hard-pressed-argentina-to-tax-all-exports.html> Acesso em: 25 de abril de 2022

ARG08 - Tentativa de introdução de modelo *sliding scale* do imposto de exportação sobre soja e girassol que aumentaria de 35% para 44%

Ano: 2008 (anúncio e revogação)

Status: revogado

Governo: Cristina Kirchner (2007-2015) - Partido Justicialista

Abrangência: específica (soja)

Tipo de reforma: aumento

Proposta por: executivo (Cristina e Ministro da Economia, Martín Lousteau)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://awpc.cattcenter.iastate.edu/directory/cristina-fernandez-de-kirchner/>. Acesso em 16 de julho de 2022.
2. <https://www.reuters.com/article/us-argentina-farmers-taxes-idUSN2934878020080530>
3. <https://www.allaboutfeed.net/animal-feed/feed-additives/taxes-hamper-soybean-export-in-argentina/>
4. <https://www.france24.com/en/20081004-argentine-farmers-resume-strike-against-high-export-taxes-argentina>
5. <http://edition.cnn.com/2008/WORLD/americas/05/28/farm.strike/>
6. <https://www.aljazeera.com/news/2008/7/23/aides-quit-in-argentina-tax-crisis>
7. <https://www.economist.com/the-americas/2008/03/27/the-kirchners-v-the-farmers>

ARG13 - Aumento no imposto de exportação sobre o resíduo da soja usada na alimentação animal

Ano: 2013 (anúncio)

Status: aprovado

Governo: Cristina Kirchner (2007-2015) - Partido Justicialista

Abrangência: específica (soja)

Tipo de reforma: aumento

Proposta por: executivo (decreto)

Fonte original: GTA Database

Referências:

1. <https://www.globaltradealert.org/state-act/9437/argentina-increased-export-taxes-for-soy-residues-and-soy-by-products-used-in-animal-feeding>
2. <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/220000-224999/223134/norma.htm>

ARG17 - Redução gradual de 12% no imposto de exportação sobre a soja

Ano: 2017 (anúncio)

Status: aprovado

Governo: Mauricio Macri (2015-2019) - Juntos por el Cambio

Abrangência: específica (soja)

Tipo de reforma: redução

Proposta por: executivo (decreto)

Fonte original: GTA Database

Referências:

1. <https://www.globaltradealert.org/intervention/57005/export-tax/argentina-new-plan-to-reduce-the-export-tax-on-soybean>
2. <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/270114/norma.htm>

ARG18 - Imposto de 4 pesos por dólar sobre exportações de matérias primas e 3 pesos para demais exportações

Ano: 2018 (anúncio)

Status: aprovado

Governo: Mauricio Macri (2015-2019) - Juntos por el Cambio

Abrangência: geral

Tipo de reforma: aumento

Proposta por: executivo (Macri)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.afr.com/world/argentina-to-tax-exports-cut-spending-to-balance-budget-20180904-h14wb1>

ARG19 - Eliminação no valor limite do imposto e consequente aumento de 24.7% para 30% sobre a soja

Ano: 2019 (anúncio)

Status: aprovado

Governo: Alberto Fernández (2019-presente) - Partido Justicialista

Abrangência: específica (soja/agricultura)

Tipo de reforma: aumento

Proposta por: executivo

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://theconversation.com/argentina-is-trying-to-tax-its-way-out-of-another-financial-crisis-why-thats-so-risky-137839>
2. <https://www.telam.com.ar/notas/201912/416364-gobierno-sube-retenciones-granos-soja.html>

ARG20 - Aumento de 30% para 33% no imposto de exportação sobre soja e de 12% para 15% no milho e trigo

Ano: 2019 (declarações) e 2020 (anúncio)

Status: revogada (?)

Governo: Alberto Fernández (2019-presente) - Partido Justicialista

Abrangência: específica (soja/agricultura)

Tipo de reforma: aumento

Proposta por: executivo (decreto)

Fonte original: pesquisa própria e GTA Database

Referências:

1. <https://www.globaltradealert.org/intervention/78757/export-tax/argentina-changes-to-the-export-tax-regime-march-2020>.
2. <https://theconversation.com/argentina-is-trying-to-tax-its-way-out-of-another-financial-crisis-why-thats-so-risky-137839>
3. <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/88fcd83a-en/index.html?itemId=/content/component/88fcd83a-en>
4. <https://www.reuters.com/article/us-argentina-economy-idUSKBN1YL1V6>
5. <https://www.reuters.com/article/argentina-grains-strike-idAFL1N2B23SL>
6. <https://www.poultryworld.net/health-nutrition/argentinian-soybean-farmers-on-strike>

BRASIL

BRA17 - Corte na dívida e no imposto Funrural da agricultura

Ano: 2017 (anúncio) e 2017 (lei)

Status: aprovada

Governo: Michael Temer (2016-2018) - Movimento Democrático Brasileiro

Abrangência: específico (agricultura)

Tipo de reforma: redução

Proposta por: executivo (presidente)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/04/produtores-resistem-em-pagar-dias-vidas-do-funrural/>
2. <https://www.camara.leg.br/noticias/219819-COMISSAO-APROVA-SUSPENSAO-DE-PAGAMENTO-DO-FUNRURAL-PARA-PRODUTORES-RURALS>

CHILE

CHI04 - Tentativa de criação de royalties da mineração

Ano: 2004 (anúncio)

Status: rejeitada pelo congresso

Governo: Ricardo Lagos (2000-2006) - Partido Socialista do Chile

Abrangência: específico (cobre)

Tipo de reforma: criação

Proposta por: executivo (presidente)

Fonte original: pesquisa própria

CHI05 - Criação do imposto especial sobre a mineração (revisão da proposta dos royalties)

Ano: 2005 (aprovação)

Status: aprovada em 2005

Governo: Ricardo Lagos (2000-2006) - Partido Socialista do Chile

Abrangência: específico (cobre)

Tipo de reforma: criação

Proposta por: executivo (presidente)

Fonte original: pesquisa própria.

Referências:

1. <https://www.pwc.com/cl/es/prensa/prensa/2021/Potential-modification-of-Chilean-mining-royalty-tax.html#:~:text=Since%202006%2C%20the%20specific%20mining,of%20the%20mineral%20as%20well>
2. <https://archivos.lyd.org/lyd/biblio/TP-707-Specific%20tax%20on%20mining-31-12-2004.pdf>
3. <https://www.bnamericas.com/en/features/snapshot-mining-taxes-in-chile-and-argentina>
4. <https://www.reuters.com/article/chile-mining-idINL2N1W010X>

5. <https://www.bnamericas.com/en/interviews/chiles-mining-royalty-bill-is-a-very-dangerous-populist-tool>

COLÔMBIA

COL11 - Imposto de exportação adicional sobre hidrocarbonetos

Ano: 2011 (anúncio)

Status: aprovada

Governo: Juan Manuel Santos (2010-2018) - Partido Social de Unidade Nacional

Abrangência: específico (hidrocarbonetos e mineração)

Tipo de reforma: criação

Proposta por: executivo (decreto)

Fonte original: GTA Database

Referências:

1. <https://www.globaltradealert.org/state-act/2857/colombia-additional-export-tax-on-hydrocarbon-and-mining-exports>

EQUADOR

EQU06 - Aumento no imposto sobre rendas extraordinárias do setor do petróleo

Ano: 2006 (aprovação)

Status: aprovada

Governo: Alfredo Palacio (2005-2007) - sem filiação partidária, interino

Abrangência: específico (petróleo)

Tipo de reforma: criação

Proposta por: executivo (não foi decreto mas é uma lei apoiada pelo governo; proposta por Diego Borja, ministro da Economia)

Fonte original: GTA Database.

Referências:

1. <https://www.economist.com/the-americas/2006/05/18/grabbing-occidental>

2. <https://www.internationaltaxreview.com/article/b1fbv77ps49lzt/ecuador-hikes-oil-taxes-to-60>
3. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4128279/mod_resource/content/2/Ecuador_Oct2009.pdf
4. <https://www.ft.com/content/feccefae-aa14-11da-96ea-0000779e2340>

EQU07 - Imposto de 99% sobre lucros inesperados (*windfall*)

Ano: 2007 (declaração) e 2008 (alterações)

Status: aprovado (adaptado temporariamente)

Governo: Rafael Correa (2007-2017) - Revolución Ciudadana

Abrangência: específico (petróleo)

Tipo de reforma: criação

Proposta por: executivo (presidente)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.internationaltaxreview.com/article/b1fbvs8wzpdwjjw/repso-sues-ecuador-government-over-oil-windfall-tax>.
2. <https://www.reuters.com/article/ecuador-oil-companies-idUSN1632174820080516>
3. <https://www.economist.com/americas-view/2010/11/29/if-it-aint-broke>

MÉXICO

MEX16 - Aumento nas deduções possíveis para exploradores de petróleo

Ano: 2016 (anúncio)

Status: aprovado

Governo: Enrique Peña Nieto (2012-2018) - Partido Revolucionário Institucional (PRI)

Abrangência: específico (petróleo)

Tipo de reforma: isenção

Proposta por: executivo (decreto)

Fonte original: GTA Database

Referências:

1. <https://www.globaltradealert.org/intervention/55953/tax-or-social-insurance-relief/mexico-fiscal-incentives-to-guarantee-hydrocarbon-investments>
2. http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5433391&fecha=18/04/2016

PERU

PER11 - Tributos sobre lucros via royalties, imposto especial e contribuição especial

Ano: 2011 (anúncio)

Status: aprovado

Governo: Ollanta Humala (2011-2016) - Partido Nacionalista Peruano

Abrangência: específico (mineração)

Tipo de reforma: criação/aumento

Proposta por: executivo (presidente)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.reuters.com/article/peru-mining-taxes-idUSS1E78R1YH20110928>
2. <https://www.squirepattonboggs.com/en/insights/publications/2011/10/perus-new-president-delivers-on-promised-tax-on->
3. <https://www.miningweekly.com/article/peru-approves-mining-royalties-plan-2004-06-25>
4. <https://pages.marketintelligence.spglobal.com/the-effect-of-changes-in-Peru-mining-tax.html>

PER21 - Proposta de aumento nos impostos da mineração

Ano: 2021 (declaração)

Status: pendente

Governo: Pedro Castillo (2021-presente) - Peru Libre

Abrangência: específico (mineração)

Tipo de reforma: aumento

Proposta por: executivo (presidente)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-04-02/peru-to-target-miners-excess-profits-in-tax-reforms-reuters>
2. <https://www.mining-technology.com/news/peruvian-miners-tax-reform/>
3. <https://www.mining-technology.com/news/copper-prices-spiked-blockade-las-bambas/>
4. <https://www.mining-technology.com/news/industry-news/antanima-mine-protests-halt-operations/>

URUGUAI

URU11 - Tentativa de imposto de desestimulava a concentração de terra

Ano: 2011 (anúncio)

Status: revogada

Governo: Jose Mujica (2010-2015) - Movimiento de Participación Popular (frente amplio?)

Abrangência: geral (agricultura)

Tipo de reforma: criação

Proposta por: executivo (presidente)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.wilsoncenter.org/publication/the-uruguayan-tax-reform-2006-why-didnt-it-fail>
2. http://fcea.edu.uy/Jornadas_Academicas/2013/file/MESAS/Determinantes%20y%20efectos%20de%20la%20politica%20fiscal/The%20Uruguayan%20tax%20reform%20of%202006%20why%20didnt%20it%20fail_RIUS.pdf
3. <https://www.reuters.com/article/uruguay-land-tax-idUKN0913207220110609>

VENEZUELA

VEN01 - Redução na taxa do imposto de renda dos produtores

Ano: 2001 (anúncio)

Status: aprovada

Governo: Hugo Chávez (1999-2013) - Movimiento V República (até 2007); Partido Socialista Unido da Venezuela

Abrangência: específico (hidrocarbonetos)

Tipo de reforma: redução

Proposta por: executivo (prerrogativa do governo)

Fonte original: Focanti *et al* (2013).

Referências:

1. <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Tax-Reforms-in-Latin-America-in-an-Era-of-Democracy.pdf>
2. <https://www.nationsencyclopedia.com/Americas/Venezuela-TAXATION.html#ixzz7SMlr6qvU>
3. <https://www.realinstitutoelcano.org/en/work-document/a-petro-state-oil-politics-and-democracy-in-venezuela/>

VEN01 - Reforma do setor de hidrocarbonetos

Ano: 2001 (lei)

Status: aprovada

Governo: Hugo Chávez (1999-2013) - Movimiento V República (até 2007); Partido Socialista Unido da Venezuela

Abrangência: específico (hidrocarbonetos)

Tipo de reforma: aumento (?)

Proposta por: executivo (prerrogativa do governo)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://nacla.org/article/venezuela%27s-oil-reform-and-chavismo>

VEN04 - Aumento de imposto de 1% para 16%

Ano: 2001 (lei)

Status: aprovada

Governo: Hugo Chávez (1999-2013) - Movimiento V República (até 2007); Partido Socialista Unido da Venezuela

Abrangência: específico (hidrocarbonetos)

Tipo de reforma: aumento

Proposta por: executivo (prerrogativa do governo)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2004-10-24/a-big-tax-hike-on-oil-majors-in-venezuela>

VEN05 - Aumento no royalties e IR e criação de imposto de extração

Ano: 2005 (lei)

Status: aprovada

Governo: Hugo Chávez (1999-2013) - Movimiento V República (até 2007); Partido Socialista Unido da Venezuela

Abrangência: específico (hidrocarbonetos)

Tipo de reforma: aumento e criação

Proposta por: executivo (prerrogativa do governo)

Fonte original: pesquisa própria.

Referências:

1. https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1084&context=lps_cla_cp

VEN08 - Contribuição especial sobre rendas extraordinárias

Ano: 2005 (anúncio)

Status: aprovada

Governo: Hugo Chávez (1999-2013) - Movimiento V República (até 2007); Partido Socialista Unido da Venezuela

Abrangência: específico (hidrocarbonetos)

Tipo de reforma: aumento e criação

Proposta por: executivo (prerrogativa do governo)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1084&context=lps_cla_cp

VEN11 - Substituição do imposto *windfall* de 2008 por 4 impostos de 95%

Ano: 2011 (lei)

Status: aprovada

Governo: Hugo Chávez (1999-2013) - Movimiento V República (até 2007); Partido Socialista Unido da Venezuela

Abrangência: específico (hidrocarbonetos)

Tipo de reforma: aumento e criação

Proposta por: executivo (prerrogativa do governo)

Fonte original: pesquisa própria

Referências:

1. <https://www.ft.com/content/edca244c-701b-11e0-bea7-00144feabdc0>
2. https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1084&context=lps_cla_cp